

# Vital Engenharia Ambiental S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas acompanhadas  
do relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2024

Ref.: Relatório nº 253SH-036-PB



# Índice

	<b>Página</b>
Relatório da Administração	3
Declaração dos diretores	14
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	15
Demonstrações contábeis individuais e consolidadas	20
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024	27



ENGENHARIA AMBIENTAL

Relatório da  
**Administração**

APRESENTAÇÃO DE **RESULTADOS**

2024

**A Administração da Vital Engenharia Ambiental S.A.,**  
submete à apreciação dos  
Senhores Acionistas as  
Demonstrações Contábeis  
referentes a 31 de Dezembro  
de 2024 e 2023, acompanhadas  
das Notas Explicativas e  
do Relatório dos Auditores  
Independentes.



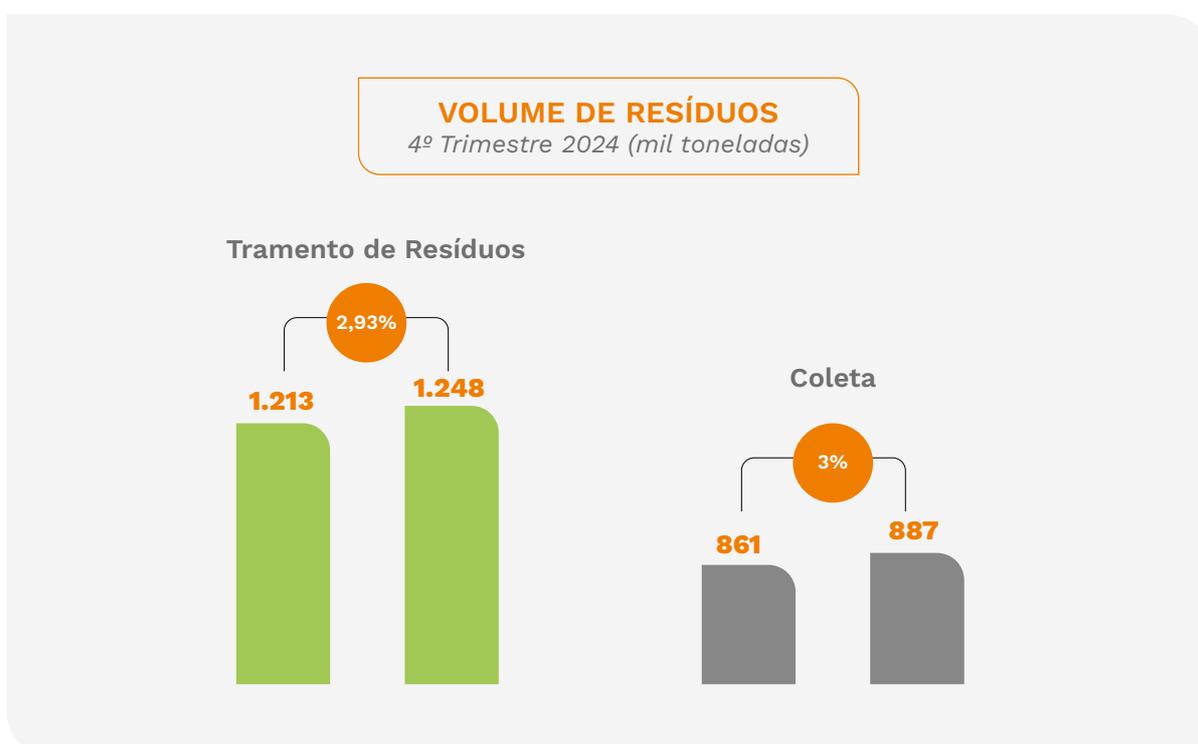
## PERFIL DO GRUPO

A Vital Engenharia Ambiental S/A é uma das maiores empresas de Gestão de Resíduos Sólidos do Brasil e da América Latina.

Utilizando tecnologia de ponta e acreditando no potencial de realização dos seus colaboradores, a empresa oferece uma plataforma completa e integrada de gestão dos serviços de resíduos sólidos, para atender diariamente e com excelência mais de 14 milhões de pessoas. A Vital acredita que a preservação do Meio Ambiente é fundamental e, por isso, todas as suas operações seguem os mais altos padrões de proteção ambiental.

## DESEMPENHO OPERACIONAL

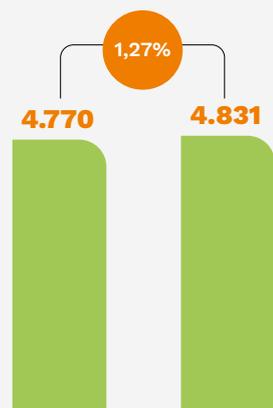
O Grupo Vital coletou e transportou 887 mil toneladas de resíduos durante o quarto trimestre de 2024, volume 3% maior do que o observado no mesmo período de 2023. Nesse mesmo período, 1,248 milhões de toneladas de resíduos domiciliares foram tratadas e destinadas nas Centrais de Tratamento da Companhia, o que representa um aumento de 2,93% em relação ao quarto trimestre de 2023.



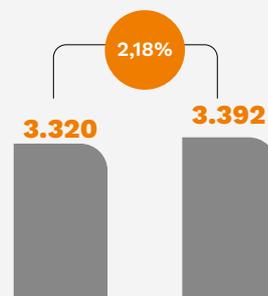
Durante todo o ano de 2024, a Companhia coletou 3,392 milhões de toneladas de lixo, que representa um aumento de 2,18% em relação ao exercício de 2023. Adicionalmente, o Grupo Vital tratou em suas Centrais de Tratamento de Resíduos (CTRs) aproximadamente 4,831 milhões toneladas de resíduos domiciliares. Esse volume foi 1,27% maior do que o verificado no ano de 2023.

**VOLUME DE RESÍDUOS ATÉ 12/2024**  
(mil toneladas)

**Tramento de Resíduos**



**Coleta**

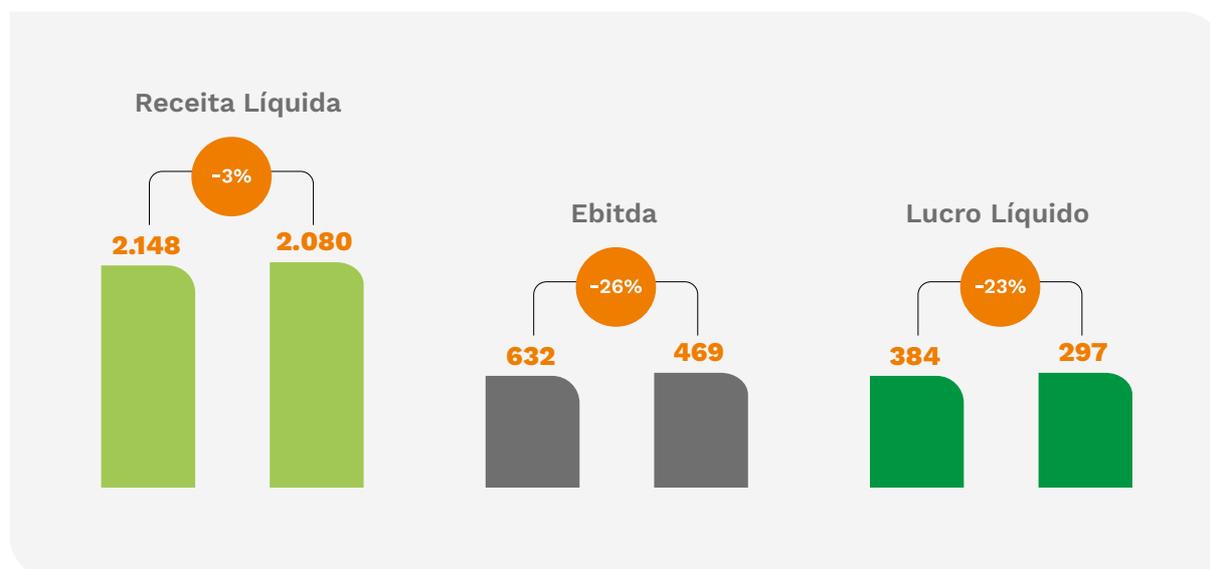


Da decomposição dos resíduos gerados nas CTRs, foram captados em média durante o quarto trimestre de 2024, aproximadamente 26mil m<sup>3</sup>/h de biogás, volume este que representa um crescimento de 6,5% em relação ao mesmo período de 2023. Esse biogás foi utilizado como insumo para geração de aproximadamente 45 Mwh de Energia, bem como, evita a emissão de cerca de 408 mil toneladas de carbono na atmosfera. EM todo a ano de 2024, a Companhia evitou a emissão de aproximadamente 1,6 milhões de toneladas de carbono.

## DESEMPENHO FINANCEIRO

No quarto trimestre de 2024, a companhia apresentou receita líquida de R\$ 547 milhões, Ebitda de R\$ 92 milhões e lucro líquido de R\$ 41 milhões.

Os dados de Receita Líquida, Ebitda e Lucro Líquido referentes ao exercício de 2024 foram menores do que os obtidos em 2023, devido ao fato de que em 2023 houve um evento não recorrente de reconhecimento do reequilíbrio da Ecourbis no valor de R\$ 465 milhões.



Durante o exercício de 2024, a geração de caixa das atividades operacionais totalizou R\$ 620 milhões. Esse valor representa um crescimento de R\$ 403 milhões quando comparado com o exercício de 2023. Os investimentos totalizaram R\$ 189 milhões, resultando em um aumento de R\$ 132 milhões quando comparados aos valores do mesmo período de 2023.

A Companhia manteve sua forte posição de liquidez, pois enquanto sua dívida bruta ficou em R\$ 329 milhões, o caixa fechou em R\$ 508 milhões, fazendo com que a posição líquida de caixa chegasse R\$ 179 milhões em 31 de dezembro de 2024.

# DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Durante o terceiro trimestre de 2024, a Companhia publicou o seu primeiro relatório de Sustentabilidade, abrangendo o período entre 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2023. O relatório foi produzido utilizando como referência a metodologia proposta pela “Global Reporting Initiative (GRI)” e no relatório foram indicados também os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionados à Matriz de Materialidade da Companhia. Segue o link para acessar o relatório: <https://www.vitalambiental.com.br/sustentabilidade/>

A Vital intensificou as atividades de conscientização ambiental, além das ações de sensibilização já desenvolvidas com o público estudantil. A Companhia também contribuiu com diversos projetos sociais que impactaram positivamente as comunidades próximas às suas operações. O Grupo Vital também apoia diversas ações culturais, sociais e esportivas.

Seguem abaixo as principais ações apoiadas pela Companhia:

## Programa Ver de Perto

Programa desenvolvido pela investida Ecourbis (São Paulo - SP), que promove ações de conscientização ambiental com diversas atividades baseadas em 4 eixos metodológicos complementares. Essas atividades visam promover o entendimento e a participação ativa da população na preservação ambiental. Oitos mil pessoas já foram beneficiadas diretamente por essa iniciativa.

## Projeto Recanto Feliz

A investida Ecovital apoia a creche Criança Feliz, localizada em Sarzedo-MG, beneficiando aproximadamente 240 crianças e adolescentes.

## Projeto Reciclar na Rede

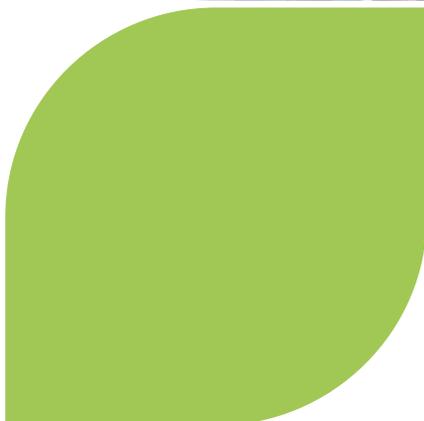
Projeto desenvolvido pela Vital, cujo objetivo é, através da educação ambiental, abordar a coleta seletiva nas escolas municipais de Campos dos Goytacazes como meio de conscientização, incentivo e apoio na adesão ao processo de coleta seletiva. Desta forma, esse trabalho é importante para demonstrar a importância da educação ambiental como um instrumento de mudança na percepção ambiental dos indivíduos através do ambiente escolar, ampliando a conscientização ambiental quanto a valorização dos materiais recicláveis. As ações deste projeto alcançaram aproximadamente 19200 pessoas.

### Clean Up Day

A investida Angra Meio Ambiente promove ações que conscientizam a população sobre a importância de manter as praias limpas como forma de preservar o meio ambiente.

### Programa Adote uma Praça

Projeto desenvolvido pela Prefeitura de Foz do Iguaçu - PR, onde empresa parceiras “adotam” praças e corredores turísticos, com o objetivo de realizar o plantio de mudas e a conservação desses locais. A Vital assumiu a manutenção dos canteiros centrais da Av. Costa e Silva, um dos principais corredores urbanos da cidade de Foz do Iguaçu - PR. A ação impactou aproximadamente 280 mil pessoas.



# PROGRAMA DE COMPLIANCE

Durante o ano de 2024, o Programa de Compliance consolidou sua atuação em pilares estratégicos, com ênfase nas seguintes frentes:

**Treinamentos e Capacitação:** Foram realizados treinamentos de Compliance para 6.989 (seis mil, novecentos e oitenta e nove) colaboradores, garantindo a disseminação da cultura de integridade e conscientização sobre riscos de Compliance.

**Capacitação de Agentes e Multiplicadores de Compliance:** Foram realizadas capacitações para 20 (vinte) Agentes de Compliance e 22 (vinte e dois) Multiplicadores de Compliance, fortalecendo a disseminação da cultura de integridade em nossas unidades de negócio. Esses profissionais desempenham um papel estratégico ao atuar como representantes locais do Programa de Compliance, contribuindo para a mitigação de riscos e garantindo maior agilidade nos processos relacionados à integridade e conformidade.

**Ações na Cadeia de Parceiros:** O programa de Compliance da Vital, em parceria com o Instituto Ethos, desenvolveu o programa Cadeia de Valor, que visa fortalecer a sustentabilidade na cadeia produtiva de terceiros e parceiros de negócios, com o objetivo de capacitá-los em temas ambientais, sociais e de governança (ESG). A iniciativa já beneficiou a 40 empresas, já promovendo ações sustentáveis no ano de 2024. Além de impulsionar a adoção de boas práticas ESG, a iniciativa reforça a integridade corporativa e a governança responsável, promovendo um impacto positivo no setor e contribuindo para um segmento mais sustentável.

**Due Diligence de Terceiros e Parceiros:** Análise e monitoramento de 1.374 (Um mil, trezentos e setenta e quatro) fornecedores e parceiros estratégicos, assegurando maior transparência nas relações comerciais e prevenção de riscos reputacionais e regulatórios.

**Monitoramento e Auditorias:** Foram conduzidas e acompanhadas 9 (nove) auditorias internas inerentes aos riscos do Programa de Compliance, em que foram implementados planos de ações e reuniões estratégicas, fortalecendo a governança e prevenindo inconformidades.

**Eventos e Engajamento dentro do segmento:** A participação ativa em workshops voltados para empresas do mesmo segmento, destacando os benefícios do Programa de Compliance, reforçou o compromisso da Companhia com as melhores práticas do mercado. Esse protagonismo contribuiu para o fortalecimento da cultura de integridade e para o posicionamento da empresa como referência no setor de gestão de resíduos sólidos em governança e conformidade.

**Indicadores do Canal de denúncias externo:** No ano de 2024, a companhia teve um total de 312 (trezentos e doze) denúncias Recebidas, em que 299 (duzentos e noventa e nove) relatos foram concluídos: 299. O Programa de Compliance manteve uma atuação eficaz na gestão de relatos, com um alto volume de casos analisados e concluídos ao longo do ano. A transparência no tratamento das ocorrências e a celeridade na apuração reforçam o compromisso da Companhia com a integridade e as melhores práticas de governança corporativa.

### As ações de Compliance implementadas em 2024 geraram impactos positivos para a Companhia, incluindo:

- Maior aderência às políticas e procedimentos internos;
- Redução de exposição a riscos de conformidade e reputação;
- Fortalecimento da cultura de ética e integridade em todos os níveis hierárquicos;
- Transparência e melhoria na relação com stakeholders internos e externos. O avanço das iniciativas de Compliance em 2024 evidencia a consolidação do Programa na Companhia. A manutenção e aprimoramento das ações continuarão sendo uma prioridade, garantindo um ambiente corporativo cada vez mais ético, seguro e alinhado às melhores práticas.

# SEGURANÇA E MEIO AMBIENTE

Reforçando o compromisso com a saúde e a segurança dos seus colaboradores, a Companhia realizou diversos eventos, treinamentos e campanhas relacionadas ao tema, em cada uma de suas unidades. Neste período, dentre muitos eventos, podemos destacar:

- Em janeiro, a “Ecovital” realizou, em suas dependências, a **10ª Semana Interna de Prevenção de Acidentes no Trabalho**.
- Em março, aconteceu a **I SIPATMA – Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho e Meio-ambiente**, do “Consórcio Recife Ambiental”, com o tema “Segurança, saúde, meio-ambiente e você, de mãos dadas para limpar a cidade.
- Em maio, aconteceu na coligada “EBMA (Empresa Brasileira de Meio Ambiente)” um **treinamento de direção defensiva**, voltado aos motoristas de caminhão coletor, visando redução de acidentes.
- Em julho, a investida “Ecovital”, com apoio das equipes das áreas de Segurança do Trabalho e Qualidade, recebeu a **visita de Bombeiros Militares de diversos estados**, cujo objetivo foi apresentar a estrutura da planta e o processo de incineração de resíduos industriais perigosos.
- Em agosto, aconteceu na unidade “M.A. Foz do Iguaçu”, a **XXIV SIPAT – Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho**, com a temática de “Mente saudável – Trabalho seguro”. A ação foi desenvolvida pelo SESMT com suporte dos gestores do contrato, em atendimento ao requisito legal da NR 05.
- Em setembro, o “Consórcio Recife Ambiental” realizou, um **treinamento de segurança sobre o armazenamento adequado de produtos químicos**.
- Em outubro a investida A “SLEA – São Luís Engenharia Ambiental” promoveu, o **treinamento sobre a NR-38**, por meio de palestras informativas, conduzidas pela equipe de segurança do trabalho.
- Em setembro, as investidas Ecovital, São Simão Saneamento Ambiental, Consórcio Recife Ambiental, lançaram a **Campanha Setembro Amarelo**, com o objetivo de promoção da saúde mental.
- Em outubro foi realizada a **Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho – SIPAT** no “Consórcio Vitória Mais Linda”, com o tema “Ambiente Saudável, Comportamento Seguro”.

- Em outubro , aconteceu na filial de Ipatinga, e em diversas outras filiais a **Campanha do Outubro Rosa**. Campanha que tem por objetivo a conscientização sobre a forma de prevenção, diagnóstico e Tratamentos existentes para doenças como o Câncer de mama e o câncer de colo de útero.
- Em novembro, aconteceu na investida “Econit” a **XIV SIPAT – Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho**, em uma iniciativa da área de Segurança do Trabalho.
- Em novembro a área Corporativa de QSMS da “Matriz – Vital”, através de sua Universidade corporativa, realizou no Rio de Janeiro o **Workshop: “Saúde e Segurança do Trabalho”**, que contou com a participação de colaboradores responsáveis pela saúde e segurança do trabalho, de suas diversas unidades.
- Em dezembro com o tema “Zero Acidente: Um Compromisso Coletivo”, a unidade "M.A. Ipatinga" realizou a **XXIII SIPAT – Semana Interna de Prevenção de Acidentes no Trabalho**, que foi promovida pelo SESMT e CIPA locais e aconteceu no Centro de Educação Ambiental, da Central de Resíduos Vale do Aço.

## AGRADECIMENTOS

A Administração agradece a seus acionistas, clientes, parceiros comerciais, fornecedores e instituições financeiras pela confiança depositada. De forma especial, expressa seu reconhecimento e agradecimento aos seus mais de 10 mil colaboradores, pelo comprometimento e contribuição na busca constante da qualidade e confiabilidade na prestação dos nossos serviços. Todas as conquistas alcançadas durante o ano de 2024 só foram possíveis pelo incansável trabalho em equipe de todo o time da Companhia.

Rio de Janeiro, 28 de Março de 2025.

**A Administração.**



[www.vitalambiental.com.br](http://www.vitalambiental.com.br)

## **DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE**

Em cumprimento às disposições constantes no artigo 27 da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, os Diretores da Companhia declaram que: (a) revisaram, discutiram e concordaram com as Demonstrações Contábeis referentes a 31 de dezembro de 2024 e 2023, acompanhadas das Notas Explicativas; e (b) revisaram, discutiram e concordaram com a opinião apresentada no relatório de auditoria da Grant Thornton Auditores Independentes Ltda., emitido em 28 de março de 2025, sobre as Demonstrações Contábeis referentes a 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2025.

Antonio Carlos Ferrari Salmeron

Ricardo Mota de Farias

Hudson Bonno

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

---

**Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.**

Praia do Flamengo, 154 - 4º andar,  
Flamengo - Rio de Janeiro (RJ) Brasil  
T +55 21 3512-4100  
[www.grantthornton.com.br](http://www.grantthornton.com.br)

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
**Vital Engenharia Ambiental S.A.**  
Rio de Janeiro - RJ

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Vital Engenharia Ambiental S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards (IFRS)* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* (atualmente denominadas como *IFRS Accounting Standards*).

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

## Reconhecimento de receita - Nota Explicativa nº 21

### Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 21, a Companhia reconheceu, nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, receitas líquidas nos montantes de R\$ 489.748 mil e R\$ 2.080.429 mil em 31 de dezembro de 2024, R\$ 479.341 mil e R\$ 2.148.456 mil em 31 de dezembro de 2023, respectivamente. As receitas operacionais da Companhia e suas controladas são compostas substancialmente por receitas prestação de serviços de coleta, destinação final e gestão integrada dos serviços de limpeza pública de determinados municípios firmados por meio de contrato de concessão pública e/ou de parceria público-privada. Tais receitas são reconhecidas quando da efetiva prestação dos serviços, cumprindo, desta forma, a obrigação de performance contratual.

Esse assunto foi considerado relevante e uma área de risco em nosso processo de auditoria devido à magnitude dos montantes envolvidos e dos controles existentes para determinação das receitas, envolvendo processo e controles de medições, entre outros. Em função desses aspectos, esse tema foi considerado um dos principais assuntos de auditoria em nossa auditoria do exercício corrente.

### Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- avaliação do desenho da estrutura dos principais controles internos relacionados aos processos de iniciação, autorização, medição, faturamento, registro e conciliação das receitas;
- seleção, em base amostral, de contratos de prestação de serviços para análise das condições acordadas, atendimento às obrigações de desempenho, preço, prazo, entre outros;
- realização de testes quanto ao reconhecimento da receita, incluindo a verificação do cumprimento das obrigações de desempenho contratadas com base nas evidências das prestações de serviços e medições auferidas e aprovadas;
- realização de testes, em base amostral, de liquidação financeira para clientes para os quais possuíam saldo em aberto em 31 de dezembro de 2024;
- avaliação da integridade do relatório de contas a receber por idade de vencimento (*aging-list*) através da análise de documentos comprobatórios (notas fiscais, faturas, duplicatas, recebimentos etc.);
- realização de procedimentos analíticos mensais para obtenção do entendimento das principais oscilações e movimentações mensais ocorridas durante os exercícios;
- avaliação se as divulgações nas notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão consistentes com as informações e representações obtidas da administração.

Com base nos procedimentos realizados, concluímos que as premissas, critérios e metodologias utilizados pela Companhia para o registro das receitas operacionais são razoáveis, estando, as informações apresentadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria, no contexto daquelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas consideradas em conjunto.

## Outros assuntos

### Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (**DVA**) referentes ao exercício findo em **31** de dezembro de **2024**, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de **IFRS**, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na **NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado**. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

## Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no **Brasil** e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards (IFRS)* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* (atualmente denominadas como *IFRS Accounting Standards*), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, **28** de março de **2025**

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-025.583/F-2



Régis Eduardo Baptista dos Santos

Contador CRC ISP-255.954/O-0

# Vital Engenharia Ambiental S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de reais)

## Ativo

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Ativo circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	122.344	49.468	508.226	236.322
Aplicações financeiras	5	-	-	-	16.390
Contas a receber	6.a	98.322	63.188	343.968	396.025
Estoque	-	4.043	5.803	23.103	24.384
Impostos a recuperar	7	47.865	35.040	76.512	58.503
Partes relacionadas	8	82.868	66.334	-	-
Outros ativos	9	5.923	6.172	16.329	18.664
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>361.365</b>	<b>226.005</b>	<b>968.138</b>	<b>750.288</b>
<b>Ativo não circulante</b>					
Contas a receber	6.a	87.316	108.659	657.172	866.695
Aplicações financeiras	5	24.129	-	24.129	49.275
Partes relacionadas	8	16.304	11.074	4.940	5.241
Depósitos judiciais	18	10.566	52.449	66.007	105.200
Outros ativos	9	3.094	3.096	7.765	10.016
<b>Total</b>		<b>141.409</b>	<b>175.278</b>	<b>760.013</b>	<b>1.036.427</b>
Investimentos	10	570.963	592.258	21.062	25.057
Outros investimentos	-	1	1	1	1
<b>Total</b>		<b>570.964</b>	<b>592.259</b>	<b>21.063</b>	<b>25.058</b>
Imobilizado	11	90.398	90.578	351.540	354.587
Intangível	-	925	925	33.217	7.728
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>803.696</b>	<b>859.040</b>	<b>1.165.833</b>	<b>1.423.800</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.165.061</b>	<b>1.085.045</b>	<b>2.133.971</b>	<b>2.174.088</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

# Vital Engenharia Ambiental S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de reais)

## Passivo e patrimônio líquido

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Passivo circulante</b>					
Fornecedores	12	29.651	25.968	97.024	68.670
Empréstimos e financiamentos	13.a	90.758	44.337	115.679	106.389
Obrigações tributárias	14	4.327	4.076	36.264	14.586
Dividendos a pagar	-	33.856	7.912	33.856	7.912
Partes relacionadas	8	7.268	-	53.236	27.740
Obrigações trabalhistas	15	33.142	35.147	117.238	98.431
Ônus da concessão	17	-	-	6.435	5.621
Outros passivos	-	152	593	11.026	2.920
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>199.154</b>	<b>118.033</b>	<b>470.758</b>	<b>332.269</b>
<b>Passivo não circulante</b>					
Fornecedores	12	-	1.842	22.745	29.196
Empréstimos e financiamentos	13.b	198.029	97.019	213.503	118.547
Adiantamento de clientes	6.b	-	-	12.596	58.752
Partes relacionadas	8	4.718	8.193	30.132	33.790
Tributos diferidos	16	23.906	24.474	240.712	313.879
Obrigações trabalhistas	15	-	-	-	42.952
Ônus da concessão	17	-	-	11.136	44.392
Provisão para riscos judiciais	18	19.509	12.007	111.869	78.914
Provisão para desmobilização de aterros	19	4.866	3.764	37.606	33.887
Provisão para perda de investimentos	10	3.666	3.870	3.666	3.870
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>254.694</b>	<b>151.168</b>	<b>683.965</b>	<b>758.179</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>					
Capital social	20				
Reserva de capital	20.a	196.203	196.203	196.203	196.203
Reserva de capital	20.b	(8.434)	21.566	(8.434)	21.566
Reserva legal	20.c	39.240	39.240	39.240	39.240
Reserva de retenção de lucros	20.d	437.426	469.969	437.426	469.969
Dividendos adicionais propostos	20.e	-	42.088	-	42.088
Ajuste de avaliação patrimonial	-	46.778	46.778	46.778	46.778
<b>Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores</b>		<b>711.213</b>	<b>815.844</b>	<b>711.213</b>	<b>815.844</b>
Participação de não controladores		-	-	268.035	267.796
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>711.213</b>	<b>815.844</b>	<b>979.248</b>	<b>1.083.640</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.165.061</b>	<b>1.085.045</b>	<b>2.133.971</b>	<b>2.174.088</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

# Vital Engenharia Ambiental S.A.

Demonstrações do resultado  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Receita operacional líquida</b>	21	<b>489.748</b>	<b>479.341</b>	<b>2.080.429</b>	<b>2.148.456</b>
Custos operacional	22	(448.285)	(434.660)	(1.512.137)	(1.395.906)
<b>Lucro bruto</b>		<b>41.463</b>	<b>44.681</b>	<b>568.292</b>	<b>752.550</b>
Administrativos	23	(56.607)	(46.816)	(156.468)	(87.315)
Resultado de equivalência patrimonial	10	211.819	237.334	(2.001)	(3.563)
Outras resultados operacionais	24	3.318	42.014	(435)	(92.521)
<b>Lucro operacional</b>		<b>199.993</b>	<b>277.213</b>	<b>409.388</b>	<b>569.151</b>
Receitas Financeiras		25.892	9.710	95.875	54.984
Despesas Financeiras		(35.597)	(20.859)	(75.130)	(76.264)
<b>Resultado financeiro líquido</b>	25	<b>(9.705)</b>	<b>(11.149)</b>	<b>20.745</b>	<b>(21.280)</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	26	<b>190.288</b>	<b>266.064</b>	<b>430.133</b>	<b>547.871</b>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	26	-	(2.293)	(144.103)	(87.880)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	26	1.629	(38)	9.619	(76.091)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>191.917</b>	<b>263.733</b>	<b>295.649</b>	<b>383.900</b>
Atribuído aos acionistas não controladores	-	-	-	103.732	120.167
Atribuído aos acionistas controladores		191.917	263.733	191.917	263.733
Resultado por ação - Em Reais	20	17,40	23,92		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

# Vital Engenharia Ambiental S.A.

Demonstrações do resultado abrangente  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>191.917</b>	<b>263.733</b>	<b>295.649</b>	<b>383.900</b>
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>191.917</b>	<b>263.733</b>	<b>295.649</b>	<b>383.900</b>
Resultado abrangente atribuído aos acionistas não controladores			103.732	120.167
Resultado abrangente atribuído aos acionistas controladores			191.917	263.733

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

# Vital Engenharia Ambiental S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Notas	Reserva de capital			Reserva legal	Retenção de lucros	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total dos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total
		Capital social	Ágio na emissão de ações	Reserva em transações de capital								
<b>Saldos em 1o de janeiro de 2023</b>		<b>196.203</b>	<b>21.566</b>	-	<b>39.240</b>	<b>343.236</b>	<b>79.743</b>	-	<b>46.778</b>	<b>726.766</b>	<b>161.913</b>	<b>888.679</b>
Aumento do capital social	10.c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.097	7.097
Distribuição de Dividendos	20.e	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(21.381)	(21.381)
Distribuição de Dividendos conf. AGE de 13/03/2023	20.e	-	-	-	-	-	(79.743)	-	-	(79.743)	-	(79.743)
Distribuição de Dividendos conf. AGE de 21/11/2023	20.e	-	-	-	-	(37.000)	-	-	-	(37.000)	-	(37.000)
Distribuição de Dividendos conf. AGE de 30/11/2023	20.e	-	-	-	-	(50.000)	-	-	-	(50.000)	-	(50.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	263.733	-	-	263.733	120.167	383.900
										-		-
<b>Destinação do resultado:</b>												
Dividendos mínimos obrigatórios	20.e	-	-	-	-	-	-	(7.912)	-	(7.912)	-	(7.912)
Dividendos adicionais propostos	20.e	-	-	-	-	42.088	(42.088)	-	-	-	-	-
Retenção de lucros para investimentos conf. orçamento de capital	20.g	-	-	-	-	213.733	-	(213.733)	-	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>196.203</b>	<b>21.566</b>	-	<b>39.240</b>	<b>469.969</b>	<b>42.088</b>	-	<b>46.778</b>	<b>815.844</b>	<b>267.796</b>	<b>1.083.640</b>
Distribuição de Dividendos	20.e	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(103.493)	(103.493)
Distribuição de Dividendos conf. AGE de 19/03/2024	20.e	-	-	-	-	-	(22.103)	-	-	(22.103)	-	(22.103)
Distribuição de Dividendos conf. AGE de 24/06/2024	20.e	-	-	-	-	(135.015)	(9.985)	-	-	(155.000)	-	(155.000)
Distribuição de Dividendos conf. AGE de 05/09/2024	20.e	-	-	-	-	(71.599)	-	-	-	(71.599)	-	(71.599)
Distribuição de Dividendos conf. AGE de 10/12/2024	20.e	-	-	-	-	(12.088)	-	-	-	(12.088)	-	(12.088)
Ágio em transações de capital	20.b	-	-	(30.000)	-	-	-	-	-	(30.000)	-	(30.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	191.917	-	-	191.917	103.732	295.649
<b>Destinação do resultado:</b>												
Dividendos mínimos obrigatórios	20.e	-	-	-	-	-	-	(5.758)	-	(5.758)	-	(5.758)
Retenção de lucros para investimentos conf. orçamento de capital	20.g	-	-	-	-	186.159	-	(186.159)	-	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>196.203</b>	<b>21.566</b>	<b>(30.000)</b>	<b>39.240</b>	<b>437.426</b>	-	-	<b>46.778</b>	<b>711.213</b>	<b>268.035</b>	<b>979.248</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

# Vital Engenharia Ambiental S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>					
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>191.917</b>	<b>263.733</b>	<b>295.649</b>	<b>383.900</b>
<b>Itens de resultado que não afetam o caixa</b>					
Depreciações	11.b	21.327	21.362	59.487	63.237
Resultado de equivalência patrimonial	10.b	(211.819)	(237.334)	2.001	3.563
Valor residual do imobilizado baixado	11.b	511	4.161	8.423	5.288
Valor de imposto de renda e contribuição social diferidos	26	(1.629)	38	(9.619)	76.091
Provisão/(reversão) para riscos trabalhistas, tributárias e cíveis	18	7.502	(25.330)	38.507	(18.181)
Perda no recebimento de clientes	24	-	5.005	22.522	132.938
Juros e encargos de empréstimos e financiamentos	13.d	30.570	17.125	58.091	57.553
<b>Lucro líquido ajustado</b>		<b>38.379</b>	<b>48.760</b>	<b>475.061</b>	<b>704.389</b>
<b>Variações nos ativos e passivos:</b>					
em aplicações financeiras vinculadas		(24.129)	-	41.536	(18.535)
em contas a receber		(13.791)	(8.989)	240.781	(522.558)
em adiantamentos de clientes		-	-	(46.156)	(2.392)
em ônus da concessão		-	-	(37.575)	41.317
em estoques		1.760	(1.417)	1.402	(5.280)
em impostos a recuperar		(12.825)	(12.557)	(17.888)	(19.243)
em partes relacionadas		(23.971)	(901)	16.139	(12.815)
em depósitos judiciais		41.883	(2.205)	39.193	(12.057)
em outras contas a receber		250	2.970	4.610	(10.542)
em fornecedores		1.841	8.103	21.270	281
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	13.d	(31.813)	(17.125)	(61.965)	(58.356)
Pagamento de demandas judiciais	18	-	-	(5.552)	(136)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		-	(2.293)	(126.921)	(91.160)
Obrigações tributárias		1.312	1.767	84.680	202.607
Obrigações trabalhistas		(2.005)	3.981	(24.145)	12.940
em outras contas a pagar		(864)	(1.603)	15.816	9.151
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>		<b>(23.973)</b>	<b>18.491</b>	<b>620.286</b>	<b>217.611</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>					
Aquisição de ativo imobilizado	11.b	(21.658)	(14.215)	(64.863)	(51.893)
Aquisição de ativo intangível	-	-	-	-	119
Dividendos recebidos de empresas investidas	10.b	244.625	82.436	-	733
Aquisição de participação em controlada	20.b	(24.000)	-	(24.000)	-
Aportes de capital em empresas investidas	10.b	(10.189)	(11.123)	(1.824)	(4.338)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimento</b>		<b>188.778</b>	<b>57.098</b>	<b>(90.687)</b>	<b>(55.379)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>					
Captações de empréstimos e financiamentos	13.d	194.064	87.645	213.155	118.646
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	13.d	(45.390)	(4.111)	(105.035)	(84.710)
Pagamento de dividendos		(240.603)	(171.000)	(365.815)	(188.124)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades do financiamento</b>		<b>(91.929)</b>	<b>(97.466)</b>	<b>(257.695)</b>	<b>(154.188)</b>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>72.876</b>	<b>(21.877)</b>	<b>271.904</b>	<b>8.044</b>
<b>Demonstração do aumento de caixa e equivalentes de caixa:</b>					
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		49.468	71.345	236.322	228.278
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		122.344	49.468	508.226	236.322
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>72.876</b>	<b>(21.877)</b>	<b>271.904</b>	<b>8.044</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

# Vital Engenharia Ambiental S.A.

Demonstrações do valor adicionado  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Receitas</b>				
Vendas de serviços	564.995	552.898	2.341.100	2.560.620
Receita de construção (ICPC 01)	(504)	(1.017)	86.746	16.126
Outras receitas	10.901	34.864	44.914	37.369
Perda no recebimento de clientes	-	(5.005)	(22.522)	(132.938)
<b>Total</b>	<b>575.392</b>	<b>581.740</b>	<b>2.450.238</b>	<b>2.481.177</b>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>				
Custos dos serviços prestados	(91.615)	(87.277)	(187.950)	(328.810)
Custo de construção (ICPC 01)	-	-	(62.511)	(37.433)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(104.486)	(38.569)	(484.596)	(137.904)
<b>Total</b>	<b>(196.101)</b>	<b>(125.846)</b>	<b>(735.057)</b>	<b>(504.147)</b>
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>379.291</b>	<b>455.894</b>	<b>1.715.181</b>	<b>1.977.030</b>
Depreciação e amortização	(21.327)	(21.362)	(59.487)	(63.237)
<b>Valor adicionado líquido produzido pela Companhia</b>	<b>357.964</b>	<b>434.532</b>	<b>1.655.694</b>	<b>1.913.793</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>				
Resultado de equivalência patrimonial	211.819	237.334	(2.001)	(3.562)
Receitas financeiras	25.892	9.710	95.875	54.984
	<b>237.711</b>	<b>247.044</b>	<b>93.874</b>	<b>51.422</b>
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>595.675</b>	<b>681.576</b>	<b>1.749.568</b>	<b>1.965.215</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>				
<b>Pessoal e encargos</b>				
Remuneração direta	171.422	217.440	516.020	530.607
Benefícios	98.186	42.462	294.677	141.710
FGTS	16.600	6.845	44.289	31.707
Outras despesas com pessoal	-	-	2.672	5.382
<b>Total</b>	<b>286.208</b>	<b>266.747</b>	<b>857.658</b>	<b>709.406</b>
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>				
Federais	49.229	54.985	334.382	469.953
Estaduais	3.601	1.695	11.722	3.668
Municipais	25.023	24.409	84.839	146.610
<b>Total</b>	<b>77.853</b>	<b>81.089</b>	<b>430.943</b>	<b>620.231</b>
<b>Remuneração do capital de terceiros</b>				
Juros	307	1.351	32.762	35.669
Aluguéis	4.671	49.149	92.230	175.413
Outros	34.719	19.507	40.326	40.596
<b>Total</b>	<b>39.697</b>	<b>70.007</b>	<b>165.318</b>	<b>251.678</b>
<b>Remuneração de capitais próprios</b>				
Dividendos	-	171.000	-	171.000
Lucros retidos	191.917	92.733	191.917	92.733
Participação dos não-controladores nos lucros retidos	-	-	103.732	120.167
<b>Total</b>	<b>191.917</b>	<b>263.733</b>	<b>295.649</b>	<b>383.900</b>
<b>Valor adicionado distribuído</b>	<b>595.675</b>	<b>681.576</b>	<b>1.749.568</b>	<b>1.965.215</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

## 1. Contexto operacional

### 1.1. Objeto social

A Vital Engenharia Ambiental S.A. (Companhia) é uma sociedade por ações de capital aberto, na categoria A, sob o número CVM 2751-0 que tem sua sede na cidade do Rio de Janeiro e foi constituída em 01 de fevereiro de 1998, a Companhia atua principalmente na prestação de serviços de limpeza, manutenção, recuperação, conservação, construção e demais serviços, que também podem ser prestados sob forma de concessão de serviços públicos. A Companhia tem como controlador o Gama Fundo de Investimentos em Participações. Em 21 de outubro de 2024 o controle da Companhia foi transferido da Somah Investimentos e Participações S.A., anteriormente denominada Queiroz Galvão S.A., para o Gama Fundo de Investimentos em Participações.

A Companhia atua principalmente nas seguintes áreas de negócio:

- atendimento a demanda dos municípios brasileiros que vêm adotando a terceirização de serviços de limpeza pública, através de contratos de prestação de serviços ou concessões de serviços públicos;
- construção de aterros sanitários centrais de tratamento de resíduos (CTRs), por iniciativa própria, que atendam a várias cidades em conjunto;
- recuperação de áreas degradadas e de deposição irregular de resíduos;
- manutenção de áreas verdes, parques e jardins, conservação de monumentos e logradouros públicos;
- aproveitamento do biogás gerado em algumas de suas CTRs (Centrais de Tratamento de Resíduos).

### 1.2. Operações da Companhia e de suas controladas

As investidas da Vital Engenharia Ambiental S.A. e suas respectivas áreas de negócio são:

#### **Central de Gerenciamento Ambiental BARU S.A.**

Sociedade anônima de capital fechado que tem como objeto social a implantação e operação de empreendimento, localizado no Estado de Goiás, voltado ao gerenciamento de resíduos sólidos ou rejeitos perigosos e não perigosos, contemplando transporte, transbordo, tratamento, destinação final de resíduos ambientalmente adequada e disposição final de rejeitos ambientalmente adequada.

#### **EBMA – Empresa Brasileira de Meio Ambiente S.A.**

Sociedade anônima de capital fechado que tem como objeto social a execução de serviços de limpeza pública, compreendendo a coleta e transporte de lixo domiciliar, urbano, hospitalar, industrial e especial, serviços de varrição de ruas, praças e logradouros públicos, operação e manutenção de sistemas de disposição de resíduos sólidos, operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação e exploração de serviços públicos de coleta de resíduos em geral, controle, operação, manutenção e funcionamento de usinas de reciclagem e compostagem de resíduos e de aterro sanitário e a realização de serviços e atividades pertinentes e correlatas.

#### **Ecovital Central de Gerenciamento Ambiental S.A.**

Sociedade anônima de capital de fechado que tem como objeto social o tratamento, inclusive térmico, gestão, gerenciamento e remediação de áreas contaminadas, armazenamento e operações de estações de transferência, blindagem, disposição final de resíduos e rejeitos industriais em qualquer estado físico, execução de serviços de engenharia ambiental, assim como análises, consultorias, assessorias e projeto relacionados ao meio ambiente e prestação de serviços ligados à área de engenharia ambiental.

#### **Macaúbas Meio Ambiente S.A.**

Sociedade anônima de capital de fechado que tem como objeto social a execução, por meio de Parceria Público-Privada na modalidade Concessão Administrativa do Serviço Público, a disposição final, em aterro sanitário, e tratamento dos resíduos sólidos urbanos classificados, segundo a ABNT, como sendo classe II-A e classe II-B, provenientes da limpeza urbana do Município de Belo Horizonte – MG, pelo prazo de 25 anos conforme contrato assinado em 20 de novembro de 2008.

### **Central de Gerenciamento Ambiental Juparanã S.A.**

Sociedade anônima de capital de fechado que tem como objeto social a implantação e operação de empreendimento, no Município de Linhares-ES, voltado ao gerenciamento de resíduos sólidos ou rejeitos perigosos e não perigosos, contemplando: **(a)** transporte; **(b)** transbordo; **(c)** tratamento; **(d)** destinação final de resíduos ambientalmente adequada; e **(e)** disposição final de rejeitos ambientalmente adequada.

### **Arendal Locadora Ltda.**

Sociedade empresária limitada que tem como objeto social a exploração do ramo de locação de veículos, máquinas e equipamentos, novos ou usados, nacionais ou importados, de sua propriedade, sem a utilização de mão de obra.

### **Ecoban Ambiental S.A.**

Sociedade anônima de capital fechado que tem como objeto social a execução de serviços públicos integrados de limpeza urbana, construção de aterros ambientais e sua manutenção, e também a recuperação ambiental de aterros sanitários compreendidos em: **(a)** Prestação de serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduo sólido domiciliar; **(b)** Prestação de serviços de coleta containerizada, transporte e destinação final de resíduo sólido domiciliar; **(c)** Operação e manutenção de Aterro Sanitário que tenha sido devidamente licenciado pelo órgão ambiental competente; **(d)** Prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduo séptico em equipamentos e instalações que tenham sido devidamente licenciados pelo órgão ambiental; **(e)** Prestação de serviços de varrição manual de ruas; **(f)** Prestação de serviços de varrição mecanizada de ruas; **(g)** Prestação de serviços de limpeza e lavagem de feiras; **(h)** Prestação de serviços diversos e capina de escolas; **(i)** Participação em outras sociedades; **(j)** Aluguel de bens imóveis e móveis, tais como: veículos, máquinas, equipamentos em geral; e **(k)** Prestação de serviços de consultoria, estudo, projetos e engenharia econômica com apresentação de relatórios, laudos e pareceres.

### **Ecourbis Ambiental S.A.**

Sociedade anônima de capital fechado que tem como objeto social executar e explorar, em regime de concessão pelo prazo de 20 anos com início em 2004, podendo ser prorrogado por mais 20 anos, os serviços divisíveis de limpeza urbana prestados em regime público, em conformidade com o Contrato nº 26/SSO/2004 com a Prefeitura do Município de São Paulo, que torna a Companhia a concessionária responsável pela coleta, transporte e destinação adequada de resíduos domiciliares, da área de saúde e de materiais recicláveis no Agrupamento Sudeste da cidade de São Paulo. Além da coleta de resíduos a Ecourbis implantou e opera o Aterro Sanitário CTL, a Central Mecanizada de Triagem Carolina Maria de Jesus – CMT, a Unidade de tratamento de resíduos de serviços de saúde – UTRSS em linha com as mais avançadas tecnologias. Ainda opera duas estações de transbordo, monitora três aterros desativados, presta serviços para mais da metade da população do município de São Paulo e realiza serviços de interesse social definidos pela Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de São Paulo (SP Regula).

### **Readequações contratuais**

A revisão ordinária da tarifa é um mecanismo contratual. Em 22 de dezembro de 2023 a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de São Paulo – SP REGULA aprovou a minuta do Termo Aditivo-Modificativo (TAM) e de seus anexos, a partir da conclusão do reequilíbrio econômico-financeiro, com vistas à prorrogação da vigência do Contrato de Concessão no 026/SSO/2004. Em junho de 2024, com a assinatura do reequilíbrio econômico-financeiro em junho de 2024, o poder concedente se declarou devedor do valor líquido de R\$ 1.002.021, sendo R\$ 403.399 como verba de reequilíbrio tarifário e R\$ 598.622 como verba indenizatória em favor da Ecourbis, já considerando os descontos negociados entre as partes. A SP Regula realizou os pagamentos de R\$ 200.000 (duzentos milhões), nos meses de julho a dezembro de 2024 e o valor remanescente de R\$ 802.021 deverá ser pago em 138 parcelas mensais contados a partir janeiro de 2025 monetariamente corrigidas conforme o “Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo” (IPCA). Os valores a serem recebidos a longo prazo, a Concessionária reconheceu uma provisão e foram ajustados a valor presente como determina o CPC no 12. Cabe mencionar que, após assinatura do contrato do TAM pela SP REGULA, os valores reconhecidos em dezembro de 2023, sofreram alterações para adequar as determinações e recomendações do pleno do “TCM”.

O desconto comercial bem como seus efeitos foram reconhecidos na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais líquidas.

### **Econit Engenharia Ambiental S.A.**

Sociedade anônima capital de fechado, que tem como objetivo específico, a execução, por meio de Parceria Público-Privada na modalidade Concessão Administrativa dos serviços de coleta de resíduos urbanos, de limpeza pública, a disposição final, em aterro sanitário, e tratamento dos resíduos sólidos urbanos classificados, segundo a ABNT, como sendo classe II-A e classe II-B, provenientes da limpeza urbana do Município de Niterói-RJ, pelo prazo de 20 anos conforme contrato assinado em 01 de agosto de 2011.

### **Central de Gerenciamento Ambiental Titara S.A.**

Sociedade anônima de capital fechado que tem como objeto social o gerenciamento de resíduos sólidos ou rejeitos, perigosos e não perigosos, transportes, transbordos, tratamento, destinação final de resíduos, ambientalmente adequada e destinação final de rejeitos ambientalmente adequada.

### **SLEA – São Luis Engenharia Ambiental S.A.**

Sociedade anônima de capital fechado que tem como objeto social a execução, por meio de Parceria Público-Privada na modalidade Concessão Administrativa do serviço de limpeza pública, a disposição final, em aterro sanitário, e tratamento dos resíduos sólidos urbanos classificados, segundo a ABNT, como sendo classe II-A e classe II-B, provenientes da limpeza urbana do Município de São Luís – MA, pelo prazo de 20 anos conforme contrato assinado em 04 de maio de 2012.

### **CMTR – Central Metropolitana de Tratamento de Resíduos S.A.**

A CMTR - Central Metropolitana de Tratamento de Resíduos S.A. (“Concessionária e/ou Companhia”) é uma sociedade anônima de capital de fechado, com sede e foro em Ribeirão das Neves – MG, iniciou suas atividades em 19 de maio de 2014 e tem como objeto social a operação de empreendimento direcionado ao gerenciamento de resíduos sólidos ou rejeitos perigosos e não perigosos, contemplando: a) transbordo; b) tratamento; c) destinação final de resíduos ambientalmente adequada; e d) disposição final de rejeitos ambientalmente adequada.

Em 25 de fevereiro de 2022, a Companhia celebrou com o Estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, o Termo de Rescisão Amigável, no âmbito do contrato de concessão administrativa oriundo da concorrência no 02/2013 SEDRU-MG.

Após a rescisão do contrato de concessão, a administração estudou alternativas para a continuidade operacional da CMTR e concluiu que existem oportunidades potenciais para operar no recebimento de resíduos sólidos, atendendo a contratos com clientes públicos e privados. Já existem tratativas para efetivação de negócios dessa natureza e há possibilidade provável que no próximo exercício a Companhia inicie suas operações.

A Companhia encontra-se em reinício de operações cuja expectativa da administração é de que as instalações estejam concluídas e inicie operações em 2026, não tendo, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, realizado qualquer operação que gerasse faturamento ou recebimento caixa relativo ao seu objeto social.

### **Inova Gestão de Serviços Urbanos S.A.**

Sociedade anônima de capital fechado que tem como objeto social a prestação de serviços indivisíveis de conservação e limpeza pública dos bens de uso comum, varrição, capina e asseio de vias e logradouros públicos. Em 14 de dezembro de 2017, a Companhia e a Prefeitura de São Paulo formalizaram o encerramento do Contrato Público 073/SES/2011 da Prefeitura do Município de São Paulo. Em 1 de junho de 2019, o contrato emergencial foi encerrado e, conseqüentemente, as atividades operacionais da Inova foram concluídas. Desde essa data, a Inova encontra-se inativa até que todos os trâmites necessários para o seu devido encerramento sejam concluídos, tendo os seus gastos e despesas ordinárias honrados com recursos próprios e não há planos de a Administração retomar as operações da Inova em um futuro previsível.

### **AMA – Angra Meio Ambiente S.A.**

Sociedade anônima de capital fechado que tem como objeto social a prestação de serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos do Município de Angra dos Reis – RJ, com o propósito específico de realizar os serviços descritos no Contrato de Parceria Público-Privada, na modalidade de Concessão Administrativa, pelo prazo de 20 conforme contrato assinado em 28 de junho de 2021.

### **VIOS Engenharia Ambiental S.A.**

Sociedade anônima de capital fechado que tem como objeto social: **(a)** execução de serviço de limpeza pública e particular, compreendendo a coleta e transporte de resíduos domiciliar, urbano, industrial e especial; **(b)** serviços de varrição de ruas, praças e logradouros públicos; **(c)** operação e manutenção de sistemas de disposição de resíduos sólidos; **(d)** operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação e exploração de serviços públicos de coleta de resíduos; **(e)** construção, implantação, operação, manutenção, controle e funcionamento de unidades de reciclagem e compostagem de resíduos e de aterro sanitário; **(f)** coleta, transporte e tratamento de resíduos provenientes dos serviços de saúde; **(g)** recuperação de áreas degradadas; **(h)** recuperação de áreas de deposição irregular de resíduos; **(i)** implantação, modernização e manutenção de áreas verdes, parques e jardins; **(j)** limpeza e conservação de monumentos e logradouros públicos; e **(k)** a realização de serviços e atividades pertinentes e correlatas.

### **Hígia Ambiental S.A.**

Sociedade anônima de capital fechado que tem como objeto social: **(a)** execução de serviço de limpeza pública e particular, compreendendo a coleta e transporte de resíduos domiciliar, urbano, industrial e especial; **(b)** serviços de varrição de ruas, praças e logradouros públicos; **(c)** operação e manutenção de sistemas de disposição de resíduos sólidos; **(d)** operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação e exploração de serviços públicos de coleta de resíduos em geral; **(e)** construção, implantação, operação, manutenção, controle e funcionamento de unidades de reciclagem e compostagem de resíduos e de aterro sanitário; **(f)** coleta, transporte e tratamento de resíduos provenientes dos serviços de saúde; **(g)** recuperação de áreas degradadas; **(h)** recuperação de áreas de deposição irregular de resíduos; **(i)** implantação, modernização e manutenção de áreas verdes, parques e jardins; **(j)** limpeza e conservação de monumentos e logradouros públicos; **(k)** a realização de serviços e atividades pertinentes e correlatas; **(l)** participação com recursos próprios em outras empresas; **(m)** locação de máquinas, equipamentos, e veículos, sem mão de obra associada; **(n)** consultoria na área ambiental; **(o)** participação, a critério da diretoria, em consórcio com empresas congêneres, visando disputar licitações e executar serviços ligados aos demais objetivos do seu Estatuto; e **(p)** assessoria empresarial em atividades-meio, para sociedades controladas, coligadas ou sob controle comum.

### **Ecoparque Pirapora Ambiental S.A..**

Sociedade anônima de capital fechado que tem como objeto social a implantação e operação de empreendimento destinado ao gerenciamento de resíduos sólidos e rejeitos perigosos e não perigosos, contemplando: **(a)** transporte; **(b)** transbordo; **(d)** destinação final de resíduos ambientalmente adequada; e **(e)** disposição final de rejeitos ambientalmente adequada. A Companhia encontra-se em fase pré-operacional não tendo, até 31 de dezembro de 2024, realizado qualquer operação que gerasse faturamento e caixa relativo ao seu objeto social.

### **São Simão Saneamento Ambiental S.A.**

Sociedade anônima de capital fechado que tem como objeto social a prestação dos serviços públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e serviços complementares de água e esgoto, bem como a realização das atividades correlatas e a exploração de receitas extraordinárias, no Município de São Simão, Estado de Goiás, em regime de exclusividade e mediante concessão administrativa, conforme especificações contidas no Edital de Concorrência Pública nº 003/2021 e no contrato administrativo nº 036/2022 firmado com o referido Município, pelo prazo de 35 anos contados da data da assinatura do contrato em 15 de junho de 2022.

## **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

As demonstrações contábeis da Companhia compreendem as demonstrações contábeis individuais, identificadas como Controladora, e as demonstrações contábeis consolidadas, identificadas como Consolidadas de 31 de dezembro de 2024 foram preparadas utilizando-se a base contábil da continuidade operacional e são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), e as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS®”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB®”) atualmente denominadas pela Fundação IFRS® como “normas contábeis IFRS®” (IFRS® Accounting Standards), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS® Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations), em vigor em 31 de dezembro de 2024, e evidenciam todas as informações relevantes, e somente elas, que estão consistentes com as informações utilizadas pela Administração no desempenho de suas funções.

O critério de mensuração utilizado na elaboração das demonstrações contábeis considera o custo histórico, o valor líquido de realização, o valor justo ou o valor recuperável.

Na preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração utiliza julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e julgamentos relevantes estão divulgados na nota explicativa 3.17 - Uso de estimativas e julgamentos.

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram aprovadas para divulgação pela Administração em 28 de março de 2025.

### **2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação**

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia é o Real brasileiro, que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. Para fins de apresentação, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de reais (“R\$”), exceto quando mencionado de outra forma, arredondados para o milhar mais próximo indicado.

### **2.2 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)**

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas normas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas, sendo assim apresentada de forma suplementar para fins de IFRS®. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado.

### **2.3 Demonstrações contábeis individuais**

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas juntamente com as demonstrações contábeis consolidadas, tendo sido elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores e das normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Nas demonstrações contábeis individuais, as empresas controladas, empresas controladas em conjunto e empresas coligadas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

### **2.4 Demonstrações contábeis consolidadas**

As demonstrações contábeis consolidadas abrangem as da controladora Vital Engenharia Ambiental S.A. e as empresas controladas elaboradas até 31 de dezembro de cada exercício nas quais mantém participação conforme detalhamento apresentado na Nota Explicativa nº 10.

O controle é obtido quando a Companhia:

- tem poder sobre a investida;
- está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

Quando a Companhia não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida, ela terá poder sobre a investida quando os direitos de voto forem suficientes para capacitá-la na prática a conduzir as atividades relevantes da investida de forma unilateral. Ao avaliar se os direitos de voto da Companhia em uma investida são suficientes para lhe conferir poder, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes, incluindo:

- a dimensão da participação da Companhia nos direitos de voto em relação à dimensão e dispersão das participações dos outros detentores de direitos de voto;
- direitos de voto em potencial detidos pela Companhia, por outros detentores de direitos de voto ou por outras partes;
- direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e
- quaisquer fatos e circunstâncias adicionais que indiquem que a Companhia tem, ou não tem, a capacidade de conduzir as atividades relevantes quando as decisões precisam ser tomadas, incluindo padrões de votação em assembleias anteriores.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas no resultado a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

Quando necessário, as demonstrações contábeis das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis às políticas contábeis do Grupo.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas e fluxos de caixa entre as empresas do Grupo são eliminados nas demonstrações contábeis consolidadas.

As participações de não-controladores em controladas são identificadas separadamente da participação do Grupo nessas controladas. Essas participações de não-controladores que correspondem a participações acionárias atuais e que conferem aos seus titulares direito a uma parcela proporcional dos ativos da entidade no caso de liquidação podem ser inicialmente mensuradas pelo valor justo ou com base na parcela proporcional das participações de não-controladores no valor justo dos ativos líquidos identificáveis da entidade adquirida. A seleção do método de mensuração é feita transação a transação. Outros tipos de participações de não-controladores são inicialmente mensurados pelo valor justo. Após a aquisição, o valor contábil das participações de não-controladores corresponde ao valor dessas participações no reconhecimento inicial acrescido da parcela de variações subsequentes no patrimônio líquido das participações de não-controladores.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações de não-controladores. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações de não-controladores, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações de não-controladores.

As mudanças nas participações do Grupo em controladas que não resultem em perda do controle são registradas como transações de capital. O valor contábil das participações do Grupo e das participações de não-controladores é ajustado para refletir as mudanças nas suas respectivas participações nas controladas. A diferença entre o valor com base no qual as participações de não-controladores são ajustadas e o valor justo das considerações pagas ou recebidas é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Companhia.

Quando o Grupo perde o controle de uma controlada, o ganho ou a perda da alienação reconhecido no resultado é calculado pela diferença entre: **(i)** a soma do valor justo da consideração recebida e do valor justo da participação residual e **(ii)** o valor contábil anterior dos ativos (incluindo ágio), deduzido dos passivos da controlada e das participações de não-controladores. Todos os valores reconhecidos anteriormente em “Outros resultados abrangentes” relacionados à controlada são contabilizados como se o Grupo tivesse alienado diretamente os correspondentes ativos ou passivos da controlada (ou seja, reclassificados para o resultado ou transferidos para outra conta do patrimônio líquido, conforme requerido ou permitido pelas IFRSs aplicáveis). O valor justo de qualquer investimento detido na antiga controlada na data em que o controle deixa de existir é considerado como o valor justo no reconhecimento inicial para contabilização subsequente de acordo com a IFRS 9 (CPC 48) – Instrumentos Financeiros, quando aplicável, ou como o custo no reconhecimento inicial de um investimento em uma coligada ou joint venture.

### 3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas em detalhes adiante têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

#### 3.1 Instrumentos financeiros

##### 3.1.1 Reconhecimento, classificação e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornarem parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

##### 3.1.2 Ativos financeiros

A Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, a depender do modelo de negócio, um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas.

Eles incluem a questão de saber se a estratégia da administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos.

A Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, a depender do modelo de negócio utilizado na gestão dos ativos financeiros e dos termos contratuais dos fluxos de caixa, sob as seguintes categorias de mensuração:

- i) Custo amortizado;
- ii) Valor justo por meio do resultado;
- iii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA").

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos contratuais de receber os fluxos de caixa do ativo expiram ou são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos pela Companhia.

#### **i) Custo amortizado**

A Companhia classifica ativos financeiros como mensurados ao custo amortizado somente se dois critérios forem atendidos:

- i) O ativo financeiro é mantido dentro de modelo de negócio cujo objetivo seja receber os fluxos de caixa contratuais; e
- ii) Os termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

#### **ii) Valor justo por meio do resultado**

Todos os ativos financeiros não classificados pela Companhia como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA e ativos financeiros em que seus fluxos de caixa não representem exclusivamente pagamentos de principal e juros, são classificados como valor justo por meio do resultado. Essa categoria inclui também os instrumentos de dívida cujas características de fluxo de caixa não são mantidas dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja coletar fluxos de caixa contratuais ou coletar fluxos de caixa contratuais e vender.

#### **iii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes**

Instrumentos de dívida ao VJORA, com ganhos ou perdas revertidos para lucros ou perdas no desreconhecimento. Os ativos financeiros nesta categoria são os instrumentos de dívida cotados da Companhia que são mantidos dentro de um modelo de negócios para coletar fluxos de caixa e vender.

Instrumentos patrimoniais a VJORA esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

### **3.1.3 Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros**

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- 1 eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- 2 termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- 3 o pré-pagamento e a prorrogação do prazo;
- 4 os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente – o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

### **3.1.4 Passivos financeiros**

A Companhia classifica seus passivos financeiros, dependendo da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos, nas seguintes categorias:

- i) mensurados ao custo amortizado;
- ii) valor justo por meio do resultado.

A Companhia classifica a maior parte de seus passivos financeiros como mensurados subsequentemente ao custo amortizado, de forma que as despesas de juros, ganhos e perdas cambiais sejam reconhecidas no resultado.

Passivos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado caso sejam um instrumento derivativo ou contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios. Tais passivos financeiros são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado do exercício

Todos os passivos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, líquidos dos custos de transação incorridos e são mensurados posteriormente ao custo amortizado e atualizados pelo método da taxa de juros efetivos. Já os instrumentos derivativos permanecem classificados na categoria de valor justo por meio do resultado.

### **3.2 Contrato de concessão – ICPC 01 (R1) IFRIC 12**

A Companhia e suas controladas contabilizam os contratos de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) IFRIC 12, que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) IFRIC 12 não é registrada como ativo imobilizado das concessionárias porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo.

Quando o Poder Concedente tiver uma obrigação de pagamento para somente parte do investimento, é reconhecido o valor de ativo financeiro pela quantia garantida pelo Concedente e o excesso que não é garantido pelo Concedente é reconhecido como ativo intangível (modelo bifurcado).

O valor amortizável dos bens vinculados à concessão é apropriado de forma sistemática ao longo do contrato de concessão ou de sua vida útil estimada, dos dois o menor.

O enquadramento dos bens vinculados a concessão requer inicialmente uma análise das características comuns aos contratos de concessão:

- i)** contratos de concessão que envolvem a prestação de serviços públicos e a administração de infraestrutura relacionada ao serviço, que é concedida ao concessionário;
- ii)** a parte que concede o contrato de prestação de serviço (concedente) é um órgão público ou uma entidade pública, ou entidade privada para qual foi delegado o serviço;
- iii)** o concessionário é responsável ao menos por parte da gestão da infraestrutura e serviços relacionados, não atuando apenas como mero agente em nome do concedente;
- iv)** o contrato estabelece o preço inicial a ser cobrado pelo concessionário, regulamentando suas revisões durante toda sua vigência; e
- v)** o concessionário fica obrigado a entregar a infraestrutura ao Poder concedente em determinadas condições especificadas no final do contrato, por pequeno ou nenhum valor adicional, independentemente de quem tenha sido o seu financiador.
- vi)** A infraestrutura usada pela Companhia e suas controladas que estão sujeitas a contrato de concessão é controlada pelo Poder Concedente, conforme previsto no **IFRIC 12 (ICPC 01 (R1))**, quando:
- vii)** o concedente controla ou regulamenta quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o preço; e
- viii)** o concedente controla – por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma – qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final da vigência do contrato de concessão.

O concessionário possui o direito de receber remuneração sobre a construção da infraestrutura do contrato de concessão, sendo:

- ix)** um ativo financeiro quando tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente pelos serviços de construção. Neste caso, o Poder Concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei; e
- x)** um ativo intangível quando recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público.

### **3.3 Caixa e equivalentes de caixa**

caixa e os equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo, com vencimento em até **90** dias a partir da data da contratação, de alta liquidez, com riscos insignificantes de mudança de valor, e prontamente conversíveis em caixa. São contabilizados pelo seu valor de face, que é equivalente ao seu valor justo.

As demais aplicações financeiras que não atendem os critérios de classificação como equivalente de caixa, com prazo de vencimento a partir da data da contratação superior a **90** dias, por exemplo, são apresentadas como aplicações financeiras. Esses ativos são inicialmente mensurados a valor justo e, a depender da forma de gestão desses recursos e das características dos fluxos de caixa contratuais, podem ter sua categoria alterada:

- **Custo amortizado:** ativos financeiros “não derivativos” cuja finalidade do modelo de negócios seja manter os ativos para recebimento dos fluxos de caixa contratuais em datas específicas (principal e juros).
- **Valor justo por meio do resultado:** ativos financeiros cujo objetivo da Companhia seja recebimento pela venda. São apresentados no ativo circulante em função da expectativa de realização.

O caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras são mantidas em instituições financeiras com baixo risco de crédito sediadas ou domiciliadas no Brasil e no exterior. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa são apresentados líquidos de saldos de contas garantidas, quando aplicável.

### 3.4 Contas a receber

As contas a receber são quantias devidas por clientes por contratos de serviços prestados, inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor justo

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

A administração, fundamentada em análise dos históricos de perdas, constitui provisão para perda esperada de créditos de liquidação duvidosa das contas a receber dos contratos públicos já encerrados e não liquidados, dos quais considera o montante suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber. Essa avaliação, é revisada periodicamente, considerando a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores.

A Companhia assume que não existia risco de provisão para perdas esperadas devido à ausência de contratos públicos encerrados, não havendo assim constituído novas provisões em 31 de dezembro de 2024.

### 3.5 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, reduzido por provisão para perda ao valor de mercado, quando aplicável. O custo dos estoques inclui gastos incorridos na produção, transporte e armazenagem dos estoques. No caso de estoques acabados, o custo inclui os gastos gerais de fabricação baseadas na capacidade normal de operação.

A Companhia e suas controladas utilizam o método de custeio por absorção. Os custos diretos são apropriados mediante apontamento de forma objetiva, e os custos indiretos são apropriados por meio de rateio com base na capacidade normal de produção, incluindo gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

### 3.6 Investimento

Investimentos em controladas e coligadas, avaliados pelo método da equivalência patrimonial, com base em demonstrações contábeis das empresas investidas. Os resultados apurados estão demonstrados como resultado operacional na conta de resultado de equivalência patrimonial. As demonstrações contábeis das controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia e até a data em que o controle deixa de existir.

Entidades controladas são aquelas que, de forma direta ou indireta, a controladora exerce o poder de regular as políticas contábeis e operacionais, para a obtenção de benefícios de suas atividades normalmente acompanhadas de uma participação de mais do que a metade dos direitos de voto (capital votante).

Coligadas são investimentos onde a companhia tem o poder de exercer uma influência significativa, mas em que não detém o controle ou o controle conjunto através da participação nas decisões financeiras e operacionais da Companhia.

O uso do método da equivalência patrimonial é suspenso a partir da data em que a Companhia deixar de ter influência significativa sobre a coligada.

### 3.7 Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo reavaliações procedidas em anos anteriores e os ajustes de avaliação patrimonial ao custo atribuído, deduzido da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Os itens do imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica de cada componente. Os itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança das estimativas contábeis.

### **3.8 Intangível**

Os intangíveis são reconhecidos pelo custo de aquisição, líquidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável. Intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com o método linear pelo período de sua vida útil estimada. Itens que não são amortizados são testados para fins de redução ao valor de recuperação anualmente.

Os ganhos/perdas líquidos na venda de ativos intangíveis são apresentados na demonstração de resultados como outras receitas (despesas) operacionais quando o controle é transferido para o comprador, a recuperação da contraprestação é provável, e os custos associados podem ser estimados de forma confiável.

### **3.9 Arrendamento**

A Companhia reconhece o direito de uso de um ativo e um passivo de arrendamento correspondente com relação a todos os contratos de arrendamento em que é o arrendatário, exceto para arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos) e arrendamentos de ativos de baixo valor. Para estes arrendamentos, a Companhia reconhece os pagamentos do arrendamento como despesa operacional durante o prazo do arrendamento.

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, o que inclui o valor inicial do passivo de arrendamento ajustado por qualquer pagamento de arrendamento feito no momento ou antes da data de início. O ativo é subsequentemente depreciado de forma linear durante o período contratual ou até o final da vida útil do ativo.

Os principais arrendamentos da Companhia se referem a contratos de arrendamento de caminhões, empilhadeiras, imóveis, veículos comerciais e equipamentos industriais. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento, descontados pela taxa implícita. Se essa taxa não puder ser prontamente determinada, a Companhia usa sua taxa de empréstimo incremental específica para o país, prazo e moeda do contrato ou outro critério local.

Os pagamentos de arrendamento incluem pagamentos fixos, menos quaisquer incentivos de arrendamento, pagamentos de arrendamento variáveis que dependem de um índice ou taxa conhecida na data de início, e opções de compra ou pagamentos de opções de extensão se a Companhia estiver razoavelmente certa de exercer essas opções. Em regra, os contratos preveem reajuste anual dos pagamentos conforme índice estabelecido nos termos contratuais.

A Companhia remensura o passivo de arrendamento se houver alteração no prazo do arrendamento, se houver alteração nos pagamentos futuros ou alteração de um índice ou taxa utilizada para determinar os pagamentos, sendo reconhecido esse valor também no ativo direito de uso.

A Companhia aplica a IAS 36/CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos para determinar se o ativo de direito de uso está sujeito à redução ao valor recuperável e contabilizar eventuais perdas por redução ao valor recuperável identificadas.

O passivo de arrendamento é apresentado na rubrica “Empréstimos e financiamentos” e os ativos de direito de uso são apresentados na rubrica “Imobilizado” no balanço patrimonial.

### 3.10 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Contas a pagar a fornecedores são reconhecidas, inicialmente, pelo seu valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando relevantes, os valores de contas a pagar a fornecedores são ajustados pelo seu valor presente, sendo consideradas as seguintes premissas para o cálculo: **i)** o montante a ser descontado; **ii)** as datas de liquidação; e **iii)** a taxa de desconto, conforme IFRS13/CPC 46 - Mensuração do Valor Justo e CPC 12 - Ajuste a Valor Presente. O ajuste a valor presente de compras a prazo é registrado nas contas a pagar e tem como contrapartida a conta de custo dos produtos vendidos, posteriormente o valor registrado no contas a pagar é apropriado na rubrica de despesas de juros pela fruição de prazo de pagamentos.

### 3.11 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

### 3.12 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Empresa tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

### 3.13 Outros ativos e passivos

São apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. Quando requerido, os elementos de ativos e passivos decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

### 3.14 Informações por segmentos

As informações por segmento de negócios da companhia são elaboradas com base em informações financeiras disponíveis e que são atribuíveis diretamente ao segmento, sendo representadas por atividades de negócio utilizadas pela Diretoria Executiva para tomada de decisões de alocação de recursos e avaliação de desempenho. Os segmentos de negócios da Companhia são divulgados separadamente, conforme nota explicativa 28 - Informação por segmento.

### **3.15 Reconhecimento de receita**

#### **3.15.1 Receitas de serviços**

As receitas com transações relacionadas à prestação de serviços de limpeza pública, coleta, tratamento, gerenciamento e destinação final de resíduos públicos e privados são reconhecidas com base em medições (pesagem, metragem ou duração) do trabalho executado e estão subdivididas da seguinte forma:

##### **i) Limpeza pública**

As receitas com transações, relacionadas à prestação de serviços de limpeza pública, são compostas por coleta domiciliar, varrição e outros serviços às cidades. Por se trata de serviços não divisíveis, ou seja, não são prestados separadamente para os clientes finais, são considerados como uma única obrigação de desempenho “Limpeza Pública”. Conforme previsto nos contratos de prestação de serviço a obrigação de desempenho é cumprida ao fim de cada mês, quando são compilados os quantitativos dos serviços que foram prestados, resultando na medição dos serviços submetida ao cliente. As receitas são reconhecidas com base nessas medições, subsequentemente substituídas pelas correspondentes faturas emitidas.

##### **ii) Coleta pública e privada**

As receitas provenientes da prestação dos serviços de coleta a entes públicos são decorrentes de: coletas e transporte de resíduos sólidos domiciliares e de resíduos de outros serviços a cidades. As receitas provenientes da prestação de serviços de coleta a entes privados são decorrentes de coletas e transporte de resíduos comerciais e industriais. Conforme os contratos de prestação dos serviços de coleta, a obrigação de desempenho é cumprida e a referida receita é reconhecida de acordo com as pesagens das quantidades de resíduos coletados.

##### **iii) Tratamento e destinação final de resíduos**

As obrigações de desempenho inerentes aos serviços de tratamento e destinação final de resíduos são cumpridas e as respectivas receitas são reconhecidas ao final de cada mês, de acordo com a pesagem dos resíduos tratados e/ou depositados nos aterros.

#### **3.15.2 Receitas de locação**

A Companhia e suas controladas celebram contratos de arrendamento na qualidade de arrendador com relação a locação de equipamentos para ganho de mobilidade na execução dos demais serviços prestados pela Companhia e suas controladas.

A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o prazo do arrendamento em questão. Os custos diretos iniciais incorridos na negociação e preparação do arrendamento operacional são adicionados ao valor contábil dos ativos arrendados e reconhecidos pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

#### **3.15.3 Receitas de construção**

A receita relacionada aos serviços de Construção ou Melhoria sobre o Contrato de Concessão é determinada e reconhecida de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes. Como a obrigação de performance dos serviços de construção é satisfeita ao longo do tempo, a Companhia reconhece a receita segundo o método de porcentagem de conclusão (POC). Essa receita é reconhecida juntamente com os respectivos tributos diferidos e custos de construção na demonstração do resultado de sua competência e está diretamente relacionada ao respectivo instrumento financeiro.

#### **3.15.4 Receita de reequilíbrio e/ou reivindicações**

São os custos não previstos no contrato que a concessionária procura cobrar do Poder Concedente para reembolso dos custos não incluídos no preço originalmente contratado. A reivindicação pode surgir, por exemplo, de atrasos causados pelo Poder Concedente, de erros nas especificações ou na concepção e de variações discutidas nos trabalhos objeto do Contrato de Concessão.

A mensuração da quantia da receita proveniente de reivindicações está sujeita a um alto nível de incerteza e depende do desfecho das negociações. Por isso, as reivindicações somente são reconhecidas como receitas quando:

- i) as negociações tiverem atingido um estágio avançado tal, que é provável que o contratante (cliente) aceitará a reivindicação; e
- ii) a quantia que provavelmente será aceita pelo cliente puder ser mensurada com confiabilidade.

### 3.16 Novas normas e pronunciamentos emitidos

As alterações de normas e novas normas que entraram em vigor em 2024 não são aplicáveis ou não tiveram impacto material nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, conforme listado abaixo:

Normativo	Destaques	Avaliação da Administração
IAS 7/CPC 03 - <i>Demonstração dos fluxos de caixa e IFRS 7/CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação</i>	As alterações estabelecem novos requisitos de divulgação das operações de financiamento com fornecedores, o chamado "risco sacado".	Sem impactos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.
IAS 1/CPC 26 (R1) - <i>Apresentação das demonstrações contábeis / IFRS Practice Statements 2</i>	Novos requisitos para a classificação como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Também, conforme as emendas, apenas covenants cujo cumprimento seja obrigatório antes do final do período de reporte devem afetar a classificação do passivo entre circulante ou não circulante.	Sem impactos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.
IFRS16/CPC 06 (R2) - <i>Arrendamentos</i>	As alterações estabelecem requisitos de reconhecimento e mensuração em operações de <i>Sale and leaseback</i> .	Sem impactos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

A seguir, estão listadas as principais alterações em normas contábeis que, na avaliação da Administração, poderão eventualmente gerar impacto em divulgações de períodos subsequentes da Companhia:

Pronunciamento	Emissão	Destaques	Vigência
IAS 21/CPC 02 (R2) - <i>Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis</i>	Agosto de 2023	As modificações implementadas preveem a aplicação de abordagem consistente ao avaliar se uma moeda pode ser convertida por outra moeda, além de novas orientações quanto à mensuração e divulgação em contextos nos quais a moeda não seja considerada conversível. A Companhia está avaliando eventuais impactos decorrentes destas emendas, cuja adoção é requerida para os exercícios iniciados em 1o de janeiro de 2025.	Exercícios iniciados a partir de 1o de janeiro de 2025
IFRS 18 - <i>Presentation and Disclosure in Financial Statements</i>	Abril de 2024	A norma busca endereçar demandas de investidores por informações mais relevantes e comparáveis divulgadas nas demonstrações contábeis das entidades. A IFRS 18 introduz alterações nas demonstrações de resultado com três novas categorias de receitas e despesas - operacional, investimentos e financiamentos - dois subtópicos obrigatórios, e alterações no agrupamento de saldos. Além disso, traz a obrigatoriedade de divulgações em nota explicativa sobre medidas de desempenho definidas pela Administração, alterações na demonstração dos fluxos de caixa e novos requisitos de apresentação de despesas por natureza ou função. A Companhia está atualmente em fase de avaliação dos impactos decorrentes da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.	Exercícios iniciados a partir de 1o de janeiro de 2027

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Pronunciamento	Emissão	Destaques	Vigência
Emendas à IFRS 9/ CPC 48 e à IFRS 7/ CPC 40 (R1)	Maio de 2024	As emendas promovem alterações nas IFRS 9 e IFRS 7 para fins de reporte de contratos de eletricidade relacionados à natureza. Tais emendas incluem: esclarecimento sobre aplicação dos requerimentos own-use; permissão da utilização da contabilização de hedge se esses contratos forem utilizados como instrumentos de hedge; e requerimentos adicionais de divulgação.	Exercícios iniciados a partir de 1o de janeiro de 2026
Melhorias Anuais nas Normas Contábeis IFRS – Volume 11	Julho de 2024	Em julho de 2024, o IASB emitiu o documento Melhorias Anuais nas Normas Contábeis IFRS – Volume 11, que faz pequenas alterações às IFRS 1 (CPC 37 (R1)), IFRS 7 (CPC 40 (R1)), IFRS 9 (CPC 48), IFRS 10 (CPC 36 (R3)) e IAS 7 (CPC 03 (R2)).	Exercícios iniciados a partir de 1o de janeiro de 2026
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações.	Maio de 2024	IFRS 19 é um anova norma de aplicação voluntária que permite entidades elegíveis forneçam divulgações reduzidas ao aplicar os padrões contábeis IFRS em suas demonstrações financeiras.  Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10, não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.	Exercícios iniciados a partir de 1o de janeiro de 2026
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO <sub>2</sub> e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	Dezembro de 2024	A orientação tem como objetivo tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidênciação a serem observados pelas entidades na originação ou negociação de créditos de carbono, permissões de emissão e créditos de descarbonização. Além disso, trata de eventuais passivos associados, sejam eles decorrentes de obrigações legais ou não formalizadas. A Companhia está atualmente em fase de avaliação dos impactos decorrentes da adoção desta orientação.	Exercícios iniciados a partir de 1o de janeiro de 2025

Além destas, a Companhia não prevê que existem outras normas ou alterações de normas IFRS® ou interpretações IFRIC® que ainda não entraram em vigor e que poderiam ter impacto material sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Grupo. A Companhia também não adotou antecipadamente nenhuma norma.

**3.17. Uso de estimativas e julgamentos**

Ao preparar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos, provisão para imposto de renda e contribuição social e outras avaliações similares. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais.

A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas periodicamente. Mudanças em estimativas contábeis podem afetar apenas o período no qual a revisão foi feita, ou períodos futuros.

Apesar de cada política contábil significativa refletir julgamentos, avaliações ou estimativas, a Companhia acredita que as seguintes práticas contábeis refletem os julgamentos, estimativas e premissas mais críticas, que são importantes para seus negócios e entendimento de seus resultados:

### **3.17.1 Provisão para desmobilização de ativos**

Há muitos fatores que podem afetar o prazo e os valores a serem desembolsados com relação às obrigações para desmobilização. Esses fatores incluem atividades exploratórias e de desenvolvimento futuras, mudanças nos custos, alterações tecnológicas e na legislação, que não podem ser previstas pela administração. Devido ao alto grau de incerteza, os gastos reais futuros podem ser alterados significativamente dos valores atualmente provisionados.

A provisão é a melhor estimativa do valor presente dos fluxos de caixa futuros necessários para liquidar a obrigação de restauração na data do balanço, com base nas exigências legais e na tecnologia atual. Futuros custos de restauração são revistos anualmente e as alterações são refletidas no valor presente da disposição no final do exercício. O montante da provisão para custos de restauração futuro é capitalizado como um ativo imobilizado e é depreciado de acordo com a vida útil do aterro. O passivo não circulante é atualizado pela taxa de desconto real da Companhia. O ativo é depreciado de forma linear.

### **3.17.2 Depreciação e amortização**

O montante depreciável é o custo de um ativo menos o seu valor residual. A depreciação dos itens inicia-se a partir do momento que os ativos estão instalados e prontos para uso, utilizando-se o método linear ao longo da vida útil estimada dos bens.

É representado por gastos com aquisição de softwares e registro de logomarca. As taxas de amortização são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual as controladas esperam geração de benefícios econômicos.

### **3.17.3 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)**

Ativos não financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos (*impairment*). Estes ativos financeiros são considerados ativos não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

A cada encerramento do exercício, a Companhia e as suas controladas revisam os saldos dos ativos investimento e intangíveis, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos tenham sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo através do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário.

### **3.17.4 Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre diferenças temporárias entre as bases de cálculo dos referidos tributos e a apuração contábil da Companhia. Os tributos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais são reconhecidos na extensão em que seja provável a existência de lucro tributável futuro. Esses ativos diferidos são reduzidos na extensão em que não mais seja provável a ocorrência de lucros tributáveis futuros. A existência de lucro tributável futuro baseia-se em estudo técnico aprovado pela Administração da Companhia.

As estimativas críticas da Administração relacionados a tratamentos fiscais incertos de tributos sobre o lucro estão divulgadas na Nota Explicativa nº 16.

### 3.17.5 Provisões para demandas judiciais

A Companhia e suas subsidiárias estão envolvidas em processos administrativos, judiciais e em arbitragens decorrentes do curso normal dos negócios. A avaliação do prognóstico de perda, realizada pela Companhia com suporte de seus assessores legais, leva em consideração as chances da posição da Companhia e de suas subsidiárias ser aceita ao final do processo, tendo em vista a legislação aplicável, a jurisprudência acerca do tema e os elementos de prova existentes.

Os processos considerados como prováveis de perda estão totalmente provisionados, nos termos do CPC 25/IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, e possuem a natureza tributária, cível ou trabalhista. São considerados prováveis de perda os processos em que há jurisprudência consolidada ou vinculante de forma desfavorável à tese defendida pela Companhia e suas subsidiárias, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, são provisionados nas demonstrações contábeis e os de perda possível, desde que relevantes, são divulgados conforme nota explicativa 18.

### 3.17.6 Resultado básico por ação

A Companhia e suas controladas efetuam os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33) – Resultado por Ação.

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro/prejuízo do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas.

A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos com efeitos dilutivos, e, portanto, o resultado básico por ação é igual ao resultado diluído por ação.

### 3.17.7 Mensuração de instrumentos financeiros

A Nota Explicativa nº 3.1 apresenta as estimativas de mensuração de instrumentos financeiros, incluindo derivativos, adotadas pela Companhia.

## 4. Caixa e equivalente de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	-	-	21	37
Bancos conta movimento	2.536	15.605	27.367	23.938
Aplicações de liquidez imediata (i)	119.808	33.863	480.838	212.347
<b>Total</b>	<b>122.344</b>	<b>49.468</b>	<b>508.226</b>	<b>236.322</b>

(i) O saldo refere-se em sua maioria, a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudanças de valor com remuneração média entre 100% e 102% do CDI em 2024 e 2023.

## 5. Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações financeiras	-	-	-	16.390
<b>Ativo circulante</b>	-	-	-	<b>16.390</b>
Aplicações financeiras	24.129	-	24.129	49.275
<b>Ativo não circulante</b>	<b>24.129</b>	-	<b>24.129</b>	<b>49.275</b>
<b>Total</b>	<b>24.129</b>	-	<b>24.129</b>	<b>65.665</b>

Em 2024 a administração da controlada Ecurbis reverteu os saldos de aplicações financeiras vinculadas resgatáveis, em sua totalidade (R\$ 65.665), para o caixa e equivalentes em decorrência da renovação contratual.

O saldo constituído em 2024 refere-se à aplicação em renda fixa de longo prazo para caução garantia de contratos de empréstimos de suas investidas com restrição de resgate antes de fevereiro de 2026.

## 6. Contas a receber

### a) Contas a receber

O saldo das contas a receber podem ser assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante (i)	98.322	63.188	343.968	396.025
Ativo não circulante (ii)	128.366	149.709	945.765	1.229.584
(-) AVP s/ valores do reequilíbrio contratual (ii)	-	-	(247.543)	(321.839)
Perda estimada de crédito de liquidação duvidosa (PECLD)	(41.050)	(41.050)	(41.050)	(41.050)
Subtotal ativo não circulante	87.316	108.659	657.172	866.695
<b>Total contas a receber líquida</b>	<b>185.638</b>	<b>171.847</b>	<b>1.001.140</b>	<b>1.262.720</b>

(i) Os saldos de contas a receber circulante em 31 de dezembro de 2024, refere-se em sua maioria valores a receber junto aos clientes da controlada Ecurbis tem com o Poder Concedente, cujo a expectativa de liquidação ocorrerá em outubro de 2025.

(ii) O Decréscimo do saldo de contas a receber refere-se basicamente aos valores provenientes do reequilíbrio contratual, como consta no Termo Aditivo-Modificativo (TAM) firmado em junho de 2024, conforme abaixo:

a) Valores provenientes do reequilíbrio contratual, como consta no Termo Aditivo-Modificativo (TAM) firmado em junho de 2024, a partir da conclusão do reequilíbrio econômico-financeiro, com vistas à prorrogação da vigência do Contrato de Concessão no 026/SSO/2004, celebrado com a Ecurbis. Com a conclusão do reequilíbrio econômico-financeiro o poder concedente se declarou devedor do valor líquido de R\$ 1.002.021 em favor da Ecurbis, já considerando os descontos negociados entre as partes. O valor devido deverá ser pago da seguinte forma: (i) R\$ 100.000 em até 30 dias contados da data de assinatura do TAM; (ii) R\$ 100.000 em três parcelas iguais com vencimentos em setembro, novembro e dezembro de 2024; e (iii) o valor remanescente de R\$ 802.021 deverá ser pago em 138 parcelas mensais contados a partir de janeiro de 2025, monetariamente corrigidas conforme o “Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo” (IPCA). Os valores a serem recebidos a longo prazo, foram ajustados a valor presente como determina o CPC no 12. Para o cálculo do ajuste a valor presente, como os valores serão corrigidos monetariamente, a companhia projetou o valor a receber a longo prazo utilizando a taxa do IPCA e utilizou a Taxa de 102% do CDI, que é a mesma remuneração de suas aplicações financeiras, calculando o ajuste a valor presente pela diferença dos dois índices. Em dezembro foi registrado no circulante a liquidação de R\$ 200.000, referente as primeiras parcelas do acordo e no não circulante foi registrado o valor de R\$ 43.462 referente a atualização monetária pelo índice de IPCA;

b) Direito contratual de receber aportes públicos do Poder Concedente, classificado no ativo não circulante, como parte da remuneração de implantação de infraestrutura, que conforme o contrato de concessão será realizado ao longo dos 20 anos, e os valores são registrados a valor presente, calculados à medida da evolução física das melhorias realizadas. Em junho de 2024, quando da assinatura do TAM, foi recebido o valor de R\$ 22.023 e o saldo de R\$ 2.734, proveniente da renúncia de valores pela renovação do contrato, foi transferido para a rubrica de outras receitas e despesas no DRE;

c) As faturas vencidas foram repactuadas com novos prazos de vencimento com a Prefeitura Municipal de São Luís. Este montante tem previsão de ser recebido entre os anos de 2025 e 2026. Em 31 de dezembro de 2024 a Administração da controlada, com base em sua avaliação do risco de crédito e no histórico de recebimentos, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para perdas esperadas de crédito.

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Direito contratual de receber aportes públicos do Poder Concedente, classificado no ativo não circulante, como parte da remuneração de implantação de infraestrutura, que conforme o contrato de concessão será realizado ao longo do contrato, e calculados à medida da evolução física das melhorias realizadas.

O saldo das contas a receber vencidos e a vencer podem ser assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Por vencimento</b>				
A vencer até 30 dias	81.048	57.082	318.139	388.665
Vencido até 180 dias	9.142	1.682	17.441	2.283
Vencido até 360 dias	8.132	4.424	8.388	5.077
Vencido a mais de 360 dias	128.366	149.709	698.222	907.745
Perda estimada de crédito de liquidação duvidosa (PECLD)	(41.050)	(41.050)	(41.050)	(41.050)
<b>Total</b>	<b>185.638</b>	<b>171.847</b>	<b>1.001.140</b>	<b>1.262.720</b>

A movimentação da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Movimentação</b>				
<b>Saldo inicial</b>	<b>41.050</b>	<b>41.050</b>	<b>41.050</b>	<b>41.050</b>
Adições	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>41.050</b>	<b>41.050</b>	<b>41.050</b>	<b>41.050</b>

A administração, fundamentada em análise dos históricos de perdas, constitui provisão para perda esperada de créditos de liquidação duvidosa das contas a receber somente para os contratos públicos já encerrados e não liquidados, dos quais considera o montante suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber. Essa avaliação, é revisada periodicamente, considerando a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores.

A Administração assume que não existia risco de atualização da provisão para perdas esperadas a serem constituídas em 31 de dezembro de 2024, devido à ausência de contratos públicos encerrados.

**b) Adiantamento de clientes**

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
<b>Passivo não circulante</b>		
Compromissos contratuais de concessão -		
Ecourbis Ambiental S.A.	12.596	58.752
<b>Total</b>	<b>12.596</b>	<b>58.752</b>

Refere-se a aportes públicos do Poder Concedente e recebidos antecipadamente para as futuras implantações de infraestruturas que, conforme o contrato de concessão será realizado ao longo dos 20 anos, os valores são registrados a valor presente, calculados à medida da evolução física das melhorias realizadas. Em dezembro de 2024, o saldo de R\$ 12.596 são obrigações de fazer do novo contrato.

Em 2024 a redução dos saldos refere-se basicamente a realização das obras de infraestrutura no montante de R\$ 35.362, restando um saldo de R\$ 23.390, proveniente da renúncia de valores pela renovação de contrato, que foi transferido para a rubrica de outras receitas e despesas no DRE.

## 7. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
IRRF a recuperar (i)	15.974	8.704	26.950	12.451
IRPJ do ano vigente a recuperar	1.777	1.380	3.568	9.472
IRPJ de anos anteriores a recuperar	18.432	13.792	25.405	18.573
CSLL do ano vigente a recuperar	658	482	1.597	809
CSLL de anos anteriores a recuperar	2.813	2.388	4.296	3.201
CSLL retida na fonte a recuperar	43	3	1.046	717
INSS retido na fonte a recuperar	2.957	3.639	4.602	5.181
PIS e Cofins a recuperar	5.211	4.652	9.048	8.099
<b>Total circulante</b>	<b>47.865</b>	<b>35.040</b>	<b>76.512</b>	<b>58.503</b>

(i) Variação decorrente do aumento da alíquota de retenção do IRRF de 1% e 1,2% para 4,8% por diversos clientes da administração pública municipal com base na tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), por ocasião do julgamento do Recurso Extraordinário com Repercussão Geral no 1.293.453/RS e na Ação Civil Originária no 2897.

A Administração avalia que a recuperabilidade do saldo de tributos a recuperar em 31 de dezembro de 2024, seja realizado no decorrer do exercício de 2025, dos quais foram declarados em ECF e o pedido de restituição enviados a Receita Federal do Brasil.

## 8. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Companhia apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Partes relacionadas - Ativo</b>				
<b>Total ativo circulante</b>	<b>82.868</b>	<b>66.334</b>	-	-
<b>Total ativo não circulante</b>	<b>16.304</b>	<b>11.074</b>	<b>4.940</b>	<b>5.241</b>
<b>Partes relacionadas - Passivo</b>				
<b>Total passivo circulante</b>	<b>1.268</b>	-	<b>47.236</b>	<b>27.740</b>
<b>Total passivo não circulante</b>	<b>4.718</b>	<b>8.193</b>	<b>30.132</b>	<b>33.790</b>

A Companhia realiza operações com partes relacionadas de forma a assegurar os interesses da Companhia, alinhado ao processo do negócio.

As contas a receber e a pagar de partes relacionadas são, principalmente, decorrentes de operações de receitas de serviços e empréstimos entre as empresas do grupo, dos quais incidem juros e podem ou não possuir prazo de vencimento, conforme demonstrado nos quadros abaixo.

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**a) Controladora**

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, os saldos apresentados com transações com partes relacionadas da controlada, são com segue:

<b>Ativo circulante</b>	<b>% de Participação</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
<b>Empréstimos a receber</b>			
SLEA - São Luis Engenharia Ambiental S.A. (i)	50,00%	33	152
<b>Total</b>		<b>33</b>	<b>152</b>
<b>Dividendos a receber</b>			
Ecourbis Ambiental S.A.	63,25%	79.068	47.478
Arendal Locadora Ltda.	99,99%	3.767	18.704
<b>Total</b>		<b>82.835</b>	<b>66.182</b>
<b>Total ativo circulante</b>		<b>82.868</b>	<b>66.334</b>
<b>Ativo não circulante</b>			
<b>Empréstimos a receber</b>			
Central de Gerenciamento Ambiental Juparanã S.A. (ii)	51,00%	3.331	4.881
Central de Gerenciamento Ambiental Baru S.A. (iii)	100,00%	885	3.092
AMA - Angra Meio Ambiente S.A. (iv)	51,00%	8.987	-
<b>Total</b>		<b>13.203</b>	<b>7.973</b>
<b>Dividendos a receber</b>			
Inova Gestão de Serviços Urbanos S.A.	40,00%	3.101	3.101
<b>Total</b>		<b>3.101</b>	<b>3.101</b>
<b>Total ativo não circulante</b>		<b>16.304</b>	<b>11.074</b>

(i) Sobre esta operação incide juros de 1% a.m. e o vencimento está previsto para 13 de agosto de 2025.

(ii) Sobre esta operação incide juros de 100% do CDI + 3% a.a. e o vencimento está previsto para 31 de dezembro de 2026.

(iii) Sobre esta operação incide juros de 20% a.a e não possui data de vencimento.

(iv) Sobre esta operação incidem juros de TR – Taxa Referencial, acrescidos de spread de 6,5% a.a. e o vencimento está previsto para 10 de setembro de 2034.

<b>Passivo circulante</b>	<b>% de Participação</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
<b>Contas a pagar</b>			
Orbis Ambiental S.A. (i)	-	1.268	-
SMHF Participações Eireli (ii)	-	6.000	-
<b>Total no passivo circulante</b>		<b>7.268</b>	<b>-</b>

(i) Valor a pagar pela compra de 5,5% das ações da investida São Simão Saneamento Ambiental S.A

(ii) Valor a pagar pela compra das ações da controlada Ecoparque Pirapora Ambiental S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<b>Passivo não circulante</b>	<b>% de Participação</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
<b>Empréstimos a pagar</b>			
CMTR - Central Metropolitana de Trat. de Resíduos S.A. (i)	45,00%	1.053	1.053
SLEA - São Luis Engenharia Ambiental S.A. (ii)	50,00%	-	2.140
Gama FIP (ii)	69,35%	-	5.000
MACAÚBAS Meio Ambiente S.A. (i)	100,00%	1.712	-
ECONIT Engenharia Ambiental S.A. (iii)	51,50%	1.953	-
<b>Total no passivo não circulante</b>		<b>4.718</b>	<b>8.193</b>

(i) Sobre estas operações não incidem juros e não possuem data de vencimento.

(ii) Sobre estas operações não incidem juros e não possuem data de vencimento. Os empréstimos a pagar para a SLEA e ao Gama FIP foram integralmente liquidados em 31 de dezembro de 2024.

(iii) Sobre esta operação incide juros de 1% a.m. e o vencimento está previsto para 31 de dezembro de 2026.

<b>Resultado</b>	<b>% de Participação</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
<b>Receita de serviços</b>			
ECOURBIS Ambiental S.A.	63,25%	23.501	23.505
<b>Total</b>		<b>23.501</b>	<b>23.505</b>

<b>Receita de locação</b>			
MACAÚBAS Meio Ambiente S.A.	100,00%	1.415	769
ECOURBIS Ambiental S.A.	63,25%	9.484	8.808
ECONIT Engenharia Ambiental S.A.	51,50%	6.945	6.393
AMA - Angra Meio Ambiente S.A.	51,00%	2.486	1.494
Central de Gerenciamento Ambiental JUPARANÃ S.A.	51,00%	974	723
SLEA - São Luis Engenharia Ambiental S.A.	50,00%	5.683	2.482
Central de Gerenciamento Ambiental TITARA S.A.	50,00%	205	113
<b>Total</b>		<b>27.192</b>	<b>20.782</b>

<b>Custo de locação</b>			
ARENDAL Locadora Ltda.	99,99%	(11.846)	(15.926)
<b>Total</b>		<b>(11.846)</b>	<b>(15.926)</b>
<b>Total no resultado</b>		<b>38.847</b>	<b>28.361</b>

**b) Consolidado**

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, os saldos apresentados com transações com partes relacionadas consolidado, são com segue:

<b>Ativo não circulante</b>	<b>% de Participação</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
<b>Empréstimos a receber</b>			
Pela investida ECONIT Engenharia Ambiental S.A. (i)	51,50%	1.839	-
Pela investida SLEA - São Luis Engenharia Ambiental S.A. (ii)	50,00%	-	2.140
<b>Total</b>		<b>1.839</b>	<b>2.140</b>
<b>Dividendos a receber</b>			
Da investida INOVA Gestão de Serviços Urbanos S.A.	40,00%	3.101	3.101
<b>Total</b>		<b>3.101</b>	<b>3.101</b>
<b>Total ativo não circulante</b>		<b>4.940</b>	<b>5.241</b>

(i) Sobre esta operação incide juros de 1% a.m. e o vencimento está previsto para 31 de dezembro de 2026.

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) Sobre esta operação não incide juros e não possui data de vencimento. O empréstimo a receber pela SLEA foi integralmente recebido em 31 de dezembro de 2024.

Passivo circulante	% de Participação	31/12/2024	31/12/2023
<b>Empréstimos a pagar</b>			
Pela investida SLEA - São Luis Engenharia Ambiental S.A. (i)	50,00%	32	151
<b>Total</b>		<b>32</b>	<b>151</b>
<b>Dividendos a pagar</b>			
Pela investida Arendal Locadora Ltda.	99,99%	-	2
Pela investida Ecourbis Ambiental S.A.	63,25%	45.936	27.587
<b>Total</b>		<b>45.936</b>	<b>27.589</b>
<b>Contas a pagar</b>			
Orbis Ambiental S.A. (ii)	-	1.268	-
SMHF Participações Eireli(vi)	-	6.000	-
<b>Total</b>		<b>7.268</b>	<b>-</b>
<b>Total no passivo circulante</b>		<b>53.236</b>	<b>27.740</b>

Passivo não circulante	% de Participação	31/12/2024	31/12/2023
<b>Empréstimos a pagar</b>			
CMTR - Central Metropolitana de Trat. de Resíduos S.A. (iii)	45,00%	1.053	1.053
Central de Gerenciamento Ambiental JUPARANÃ S.A. (iv)	51,00%	-	258
Macaúbas Meio Ambiente S.A. (v)	100,00%	29.079	27.479
Gama FIP (iv)	-	-	5.000
<b>Total no passivo não circulante</b>		<b>30.132</b>	<b>33.790</b>

(i) Sobre esta operação incide juros de 1% a.m. e o vencimento está previsto para 13 de agosto de 2025.

(ii) Valor a pagar pela compra de 5,5% das ações da investida São Simão Saneamento Ambiental S.A..

(iii) Sobre esta operação não incide juros e não possui data de vencimento.

(iv) Sobre estas operações não incidem juros e não possuem data de vencimento. Os empréstimos a pagar pela Juparanã e ao Gama FIP foram integralmente liquidados em 31 de dezembro de 2024.

(v) Sobre esta operação incidem juros de 100% do CDI + 3% a.a. e o vencimento está previsto para 10 de abril de 2028.

(vi) Valor a pagar pela compra das ações da controlada Ecoparque Pirapora Ambiental S.A.

**c) Remuneração do pessoal-chave da Administração**

A remuneração de pessoal chave da administração compreende a remuneração fixa e variável e os benefícios de curto prazo.

O total de despesas com remuneração da Administração, está demonstrado como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Remuneração da administração	8.371	7.709
<b>Total</b>	<b>8.371</b>	<b>7.709</b>

Exceto pela remuneração descrita acima, a Companhia não possui benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações.

#### **d) Garantias prestadas pela Companhia em favor de investidas**

A Companhia atua como garantidora em operações de empréstimos e financiamentos tomados por suas investidas, conforme descrito no quadro abaixo:

Parte Relacionada	% de Participação	Data da Transação	Valor	Data do Vencimento	Instituição
AMA - Angra Meio Ambiente S.A.	51,00%	04/10/2021	63.534,05	28/10/2025	Daycoval
AMA - Angra Meio Ambiente S.A.	51,00%	08/12/2021	1.761.011,95	08/12/2025	Mercedes-Benz
Ecovital - Central de Ger. Ambiental S.A.	71,79%	18/11/2021	48.430,00	21/12/2025	Daycoval

Os avais concedidos pela Companhia são contratados: **(a)** mediante pagamento à Companhia de taxa de aval; ou **(b)** prestação de contragarantia à Companhia pelos demais sócios das controladas da Companhia; ou **(c)** prestação de aval proporcional e não solidário pelo demais sócios das controladas da Companhia.

### **9. Outros ativos**

Os saldos de outros ativos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Outros ativos</b>				
Adiantamento a fornecedores <b>(i)</b>	4.430	4.346	10.737	11.243
Adiantamento a funcionários	301	300	974	1.493
Despesas antecipadas	798	1.129	798	2.945
Outros	394	397	3.820	2.983
<b>Total circulante</b>	<b>5.923</b>	<b>6.172</b>	<b>16.329</b>	<b>18.664</b>
Crédito com terceiros <b>(ii)</b>	3.094	3.096	3.094	3.096
Ônus da concessão antecipados	-	-	-	1.700
Outros	-	-	4.671	5.220
<b>Total não circulante</b>	<b>3.094</b>	<b>3.096</b>	<b>7.765</b>	<b>10.016</b>

**(i)** O saldo de adiantamentos a fornecedores decore principalmente para garantir o fornecimento de insumos, materiais, equipamentos e ativos fixos no decorrer das atividades operacionais da Companhia e de suas controladas;

**(ii)** Refere-se as operações de venda de ativos (investimento e imobilizado) cujo recebimento foi diferido e está previsto para ser realizado em 2026.

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**10. Investimentos**

O quadro adiante apresenta a composição do saldo do Investimento em controladas e coligadas.

**a) Composição**

Descrição	%	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Central de Gerenciamento Ambiental BARU S.A.	100,00%	28.907	27.273	-	-
EBMA - Emp. Brasileira de Meio Ambiente S.A.	100,00%	9.957	9.460	-	-
ECOVITAL - Central de Gerenciamento Ambiental S.A.	71,79%	21.335	20.109	-	-
MACAÚBAS Meio Ambiente S.A.	100,00%	24.623	24.424	-	-
Central de Gerenciamento Ambiental JUPARANÃ S.A.	51,00%	3.439	3.177	-	-
ARENDAL Locadora Ltda.	99,99%	64.277	50.926	-	-
ECOBAN Ambiental S.A.	63,25%	23.827	19.159	-	-
ECOURBIS Ambiental S.A.	63,25%	321.995	355.497	-	-
ECONIT Engenharia Ambiental S.A.	51,50%	3.714	2.401	-	-
Central de Gerenciamento Ambiental TITARA S.A.	50,00%	21.025	22.651	-	-
SLEA - São Luiz Engenharia Ambiental S.A.	50,00%	11.208	23.002	-	-
CMTR - Central Metropolitana de Trat. Resíduos S.A.	45,00%	21.062	21.370	21.062	21.370
AMA Angra Meio Ambiente S.A.	51,00%	10.050	9.116	-	-
VIOS Engenharia Ambiental S.A.	100,00%	1	1	-	-
HIGIA Ambiental S.A.	100,00%	1	1	-	-
SÃO SIMÃO Saneamento Ambiental S.A. (i)	25,50%	5.543	3.687	-	3.687
Ecoparque PIRAPORA Ambiental S.A.	81,00%	(2)	4	-	-
<b>Total dos investimentos</b>		<b>570.962</b>	<b>592.258</b>	<b>21.062</b>	<b>25.057</b>
INOVA Gestão de Serviços Urbanos S.A.	40,00%	(3.666)	(3.870)	(3.666)	(3.870)
<b>Provisão para perda de investimentos</b>		<b>(3.666)</b>	<b>(3.870)</b>	<b>(3.666)</b>	<b>(3.870)</b>
<b>TOTAL</b>		<b>567.296</b>	<b>588.388</b>	<b>17.396</b>	<b>21.187</b>

(i) Em dezembro de 2024 a Companhia adquiriu 51% das ações ordinárias da São Simão Saneamento Ambiental S.A., equivalente a 5,5% das ações totais e passou a deter o controle.

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**b) Mutação dos investimentos**

Descrição	Investimento em 31/12/2023	Aportes	Dividendos	Outros movimentos	Equiv. Patrimonial	Investimento em 31/12/2024
Central de Gerenciamento Ambiental BARU S.A.	27.273	5.186	-	-	(3.552)	28.907
EBMA - Emp. Brasileira de Meio Ambiente S.A.	9.460	-	-	-	497	9.957
ECOVITAL – Central de Gerenciamento Ambiental S.A.	20.109	-	-	-	1.226	21.335
MACAÚBAS Meio Ambiente S.A.	24.424	-	-	1.712	(1.513)	24.623
Central de Gerenciamento Ambiental JUPARANÁ S.A.	3.177	-	-	-	262	3.439
ARENDAL Locadora Ltda.	50.926	-	(40.059)	-	53.410	64.277
ECOBAN Ambiental S.A.	19.159	-	-	-	4.668	23.827
ECOURBIS Ambiental S.A.	355.497	-	(203.632)	-	170.130	321.995
ECONIT Engenharia Ambiental S.A.	2.401	-	-	1.953	(640)	3.714
Central de Gerenciamento Ambiental TITARA S.A.	22.651	-	-	-	(1.626)	21.025
SLEA - São Luiz Engenharia Ambiental S.A.	23.002	-	-	(2.140)	(9.654)	11.208
CMTR – Central Metropolitana de Trat. Resíduos S.A.	21.370	-	-	-	(308)	21.062
AMA Angra Meio Ambiente S.A.	9.116	-	(934)	-	1.868	10.050
VIOS Engenharia Ambiental S.A.	1	-	-	-	-	1
HIGIA Ambiental S.A.	1	-	-	-	-	1
SÃO SIMÃO Saneamento Ambiental S.A.	3.687	1.929	-	-	(73)	5.543
Ecoparque PIRAPORA Ambiental S.A.	4	1.250	-	-	(1.256)	(2)
<b>Total dos investimentos</b>	<b>592.258</b>	<b>8.365</b>	<b>(244.625)</b>	<b>1.525</b>	<b>213.439</b>	<b>570.962</b>
INOVA Gestão de Serviços Urbanos S.A.	(3.870)	1.824	-	-	(1.620)	(3.666)
<b>Provisão para perda de investimentos</b>	<b>(3.870)</b>	<b>1.824</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.620)</b>	<b>(3.666)</b>
<b>Total</b>	<b>588.388</b>	<b>10.189</b>	<b>(244.625)</b>	<b>1.525</b>	<b>211.819</b>	<b>567.296</b>

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Investimento em 31/12/2022	Aportes	Dividendos	Equiv. Patrimonial	Investimento em 31/12/2023
Central de Gerenciamento Ambiental BARU S.A.	26.850	5.177	-	(4.754)	27.273
EBMA - Emp. Brasileira de Meio Ambiente S.A.	14.070	-	(10.000)	5.390	9.460
ECOVITAL – Central de Gerenciamento Ambiental S.A.	18.701	-	-	1.408	20.109
MACAÚBAS Meio Ambiente S.A.	31.744	-	(10.000)	2.680	24.424
Central de Gerenciamento Ambiental JUPARANÃ S.A.	2.582	-	-	595	3.177
ARENDAL Locadora Ltda.	44.574	-	(33.704)	40.056	50.926
ECOBAN Ambiental S.A.	16.165	-	-	2.994	19.159
ECOURBIS Ambiental S.A.	199.419	-	(22.723)	178.801	355.497
ECONIT Engenharia Ambiental S.A.	5.450	-	(4.023)	974	2.401
Central de Gerenciamento Ambiental TITARA S.A.	18.773	456	(457)	3.879	22.651
SLEA - São Luiz Engenharia Ambiental S.A.	16.875	-	(796)	6.923	23.002
CMTR – Central Metropolitana de Trat. Resíduos S.A.	22.743	-	(733)	(640)	21.370
AMA Angra Meio Ambiente S.A.	5.967	-	-	3.149	9.116
VIOS Engenharia Ambiental S.A.	1	-	-	-	1
HIGIA Ambiental S.A.	1	-	-	-	1
SÃO SIMÃO Saneamento Ambiental S.A.	2.676	1.166	-	(155)	3.687
Ecoparque PIRAPORA Ambiental S.A.	50	1.152	-	(1.198)	4
<b>Total dos investimentos</b>	<b>426.641</b>	<b>7.951</b>	<b>(6)</b>	<b>240.102</b>	<b>592.258</b>
INOVA Gestão de Serviços Urbanos S.A.	(4.274)	3.172	-	(2.768)	(3.870)
<b>Provisão para perda de investimentos</b>	<b>(4.274)</b>	<b>3.172</b>	<b>-</b>	<b>(2.768)</b>	<b>(3.870)</b>
<b>Total</b>	<b>422.367</b>	<b>11.123</b>	<b>(82.436)</b>	<b>237.334</b>	<b>588.388</b>

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**c) Informações contábeis resumidas e participação de não controladores**

Investidas	Participação %	2024							
		Ativo		Passivo		Patrimônio Líquido			Resultado do exercício
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Avaliado por Equivalência Patrimonial	Participação de Não Controladores	Total	
EBMA - Emp. Brasileira de Meio Ambiente S.A.	100,00%	11.345	911	2.177	122	9.957	-	9.957	497
MACAÚBAS Meio Ambiente S.A.	100,00%	20.024	75.867	10.059	61.209	24.623	-	24.623	(1.512)
ECOURBIS Ambiental S.A.	63,25%	499.195	590.791	256.526	324.384	321.995	187.081	509.076	268.977
ECONIT Engenharia Ambiental S.A.	51,50%	7.302	12.236	10.933	1.393	3.714	3.498	7.212	(1.318)
ECOBAN Ambiental S.A.	63,25%	8.801	29.414	446	98	23.827	13.844	37.671	7.380
ECOVITAL – Central de Ger. Ambiental S.A.	71,79%	7.511	22.893	1.495	-	20.754	8.155	28.909	1.708
Central de Gerenciamento Ambiental TITARA S.A.	50,00%	9.595	43.880	11.507	11.782	15.093	15.093	30.186	(3.252)
SLEA - São Luiz Engenharia Ambiental S.A.	50,00%	29.639	60.937	33.952	34.208	11.208	11.208	22.416	(5.016)
Central de Ger. Ambiental JUPARANÁ S.A.	51,00%	5.157	10.037	1.904	6.547	3.439	3.304	6.743	514
ARENDAL RJ Participações Ltda.	99,99%	67.439	15.210	17.508	858	64.277	6	64.283	50.721
Central de Gerenciamento Ambiental BARU S.A.	100,00%	1.615	28.934	757	885	28.907	-	28.907	(3.552)
AMA Angra Meio Ambiente S.A.	51,00%	32.831	11.797	13.899	11.023	10.050	9.656	19.706	3.661
VIOS Engenharia Ambiental S.A.	100,00%	1	-	-	-	1	-	1	-
HIGIA Ambiental S.A.	100,00%	1	-	-	-	1	-	1	-
Ecoparque PIRAPORA Ambiental S.A.	81,00%	1	-	2	-	(1)	-	(1)	(1.266)
SÃO SIMÃO Saneamento Ambiental S.A.	25,50%	2.147	25.852	6.267	-	5.542	16.190	21.732	262
<b>Total em Controladas</b>		<b>702.604</b>	<b>928.759</b>	<b>367.432</b>	<b>452.509</b>	<b>543.387</b>	<b>268.035</b>	<b>811.422</b>	<b>317.804</b>
CMTR – Central Metrop. de Trat. Resíduos S.A.	45,00%	3.092	43.777	65	-	21.062	-	46.804	(685)
<b>Total em Coligadas</b>		<b>3.092</b>	<b>43.777</b>	<b>65</b>	<b>-</b>	<b>21.062</b>	<b>-</b>	<b>46.804</b>	<b>(685)</b>
Ágio		-	-	-	-	6.514	-	-	-
<b>Total de investimentos em Controladas e Coligadas</b>		<b>705.696</b>	<b>972.536</b>	<b>367.497</b>	<b>452.509</b>	<b>570.963</b>	<b>268.035</b>	<b>858.226</b>	<b>317.119</b>
INOVA Gestão de Serviços Urbanos S.A.	40,00%	4.231	2.079	8.267	7.207	(3.666)	-	(9.164)	-
<b>Total perda em investimentos em Coligadas</b>		<b>4.231</b>	<b>2.079</b>	<b>8.267</b>	<b>7.207</b>	<b>(3.666)</b>	<b>-</b>	<b>(9.164)</b>	<b>-</b>
<b>Total em Controladas e Coligadas</b>		<b>709.927</b>	<b>974.615</b>	<b>375.764</b>	<b>459.716</b>	<b>567.297</b>	<b>268.035</b>	<b>849.062</b>	<b>317.119</b>

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Investidas	Participação %	2023								Resultado do exercício
		Ativo		Passivo		Patrimônio Líquido				
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Avaliado por Equivalência Patrimonial	Participação de Não Controladores	Total		
EBMA - Emp. Brasileira de Meio Ambiente S.A.										
Ambiente S.A.	100,00%	10.792	1.266	2.183	415	9.460	-	9.460	5.390	
MACAÚBAS Meio Ambiente S.A.										
MACAÚBAS Meio Ambiente S.A.	100,00%	23.340	75.164	13.355	60.725	24.424	-	24.424	2.680	
ECOURBIS Ambiental S.A.										
ECOURBIS Ambiental S.A.	63,25%	420.838	825.595	205.856	478.534	355.497	206.546	562.043	282.686	
ECONIT Engenharia Ambiental S.A.										
ECONIT Engenharia Ambiental S.A.	51,50%	4.750	8.789	8.766	111	2.401	2.261	4.662	1.893	
ECOBAN Ambiental S.A.										
ECOBAN Ambiental S.A.	63,25%	2.026	29.190	836	89	19.159	11.132	30.291	4.733	
ECOVITAL – Central de Ger. Ambiental S.A.										
ECOVITAL – Central de Ger. Ambiental S.A.	71,79%	4.866	23.672	1.288	49	19.528	7.673	27.201	1.962	
Central de Gerenciamento Ambiental TITARA S.A.										
Central de Gerenciamento Ambiental TITARA S.A.	50,00%	11.995	36.744	6.818	8.484	16.719	16.719	33.438	6.476	
SLEA - São Luiz Engenharia Ambiental S.A.										
SLEA - São Luiz Engenharia Ambiental S.A.	50,00%	24.271	85.794	25.418	38.643	23.002	23.002	46.004	13.846	
Central de Gerenciamento Ambiental JUPARANÁ S.A.										
Central de Gerenciamento Ambiental JUPARANÁ S.A.	51,00%	3.577	9.830	2.016	5.162	3.177	3.052	6.229	1.166	
ARENDAL RJ Participações Ltda.										
ARENDAL RJ Participações Ltda.	99,99%	70.817	27.557	36.883	10.560	50.926	5	50.931	40.060	
Central de Gerenciamento Ambiental BARU S.A.										
Central de Gerenciamento Ambiental BARU S.A.	100,00%	491	30.088	213	3.093	27.273	-	27.273	(4.754)	
AMA Angra Meio Ambiente S.A.										
AMA Angra Meio Ambiente S.A.	51,00%	23.529	7.445	10.838	2.262	9.116	8.758	17.874	6.174	
VIOS Engenharia Ambiental S.A.										
VIOS Engenharia Ambiental S.A.	100,00%	1	-	-	-	1	-	1	-	
HIGIA Ambiental S.A.										
HIGIA Ambiental S.A.	100,00%	1	-	-	-	1	-	1	-	
Ecoparque PIRAPORA Ambiental S.A.										
Ecoparque PIRAPORA Ambiental S.A.	51,00%	31	-	26	-	3	2	5	(1.248)	
<b>Total em Controladas</b>		<b>601.325</b>	<b>1.161.134</b>	<b>314.496</b>	<b>608.127</b>	<b>560.687</b>	<b>279.150</b>	<b>839.837</b>	<b>361.064</b>	
CMTR – Central Metropolitana de Trat. Resíduos S.A.										
CMTR – Central Metropolitana de Trat. Resíduos S.A.	45,00%	3.841	43.990	57	285	21.370	-	47.489	(1.421)	
SÃO SIMÃO Saneamento Ambiental S.A.										
SÃO SIMÃO Saneamento Ambiental S.A.	20,00%	2.464	17.383	1.345	69	3.687	-	18.433	(774)	
<b>Total em Coligadas</b>		<b>6.305</b>	<b>61.373</b>	<b>1.402</b>	<b>354</b>	<b>25.057</b>	<b>-</b>	<b>65.922</b>	<b>(2.195)</b>	

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Investidas	Participação %	2023							Resultado do exercício
		Ativo		Passivo		Patrimônio Líquido			
		Circulante	Não Circulante	Circulant e	Não Circulante	Avaliado por Equivalência Patrimonial	Participação de Não Controladores	Total	
Ágio		-	-	-	-	6.514	-	-	-
Outros movimentos		-	-	-	-		(11.354)	(11.354)	-
<b>Total de investimentos em Controladas e Coligadas</b>		<b>607.630</b>	<b>1.222.507</b>	<b>315.898</b>	<b>608.481</b>	<b>592.258</b>	<b>267.796</b>	<b>894.405</b>	<b>358.869</b>
INOVA Gestão de Serviços Urbanos S.A.	40,00%	6.109	4.109	8.226	11.666	(3.870)	-	(9.674)	(8.033)
<b>Total perda em investimentos em Coligadas</b>		<b>6.109</b>	<b>4.109</b>	<b>8.226</b>	<b>11.666</b>	<b>(3.870)</b>	<b>-</b>	<b>(9.674)</b>	<b>(8.033)</b>
<b>Total em Controladas e Coligadas</b>		<b>613.739</b>	<b>1.226.616</b>	<b>324.124</b>	<b>620.147</b>	<b>588.388</b>	<b>267.796</b>	<b>884.085</b>	<b>350.836</b>

## 11. Imobilizado

### a) Composição

Controladora	Taxa média			Líquido em 31/12/2024	Líquido em 31/12/2023
	anual %	Custo	Depreciação		
Terrenos	-	3.265	-	3.265	3.265
Instalações	20	7.422	(2.977)	4.445	5.295
Equipamentos de campo e auxiliar	20	44.357	(22.954)	21.403	23.043
Veículos	20	110.939	(64.280)	46.659	45.538
Aterros - Custo de desmobilização	Divs.	4.866	(2.081)	2.785	1.895
Outras imobilizações	10	15.022	(3.181)	11.841	11.542
<b>Total</b>		<b>185.871</b>	<b>(95.473)</b>	<b>90.398</b>	<b>90.578</b>

Consolidado	Taxa média			Líquido em 31/12/2024	Líquido em 31/12/2023
	anual %	Custo	Depreciação		
Terrenos	-	47.757	-	47.757	47.757
Instalações	20	241.552	(112.210)	129.342	75.517
Equipamentos de campo e auxiliar	20	82.368	(48.672)	33.696	36.713
Veículos	20	222.303	(156.856)	65.447	76.129
Aterros - Custo de desmobilização	Divs.	40.721	(12.419)	28.302	27.354
Outras imobilizações	10	71.248	(24.252)	46.996	91.117
<b>Total</b>		<b>705.949</b>	<b>(354.409)</b>	<b>351.540</b>	<b>354.587</b>

### b) Movimentação

Controladora	Saldos em				Saldos em 31/12/2024
	31/12/2023	Aquisição	Baixa	(-) Depreciação	
Terrenos	3.265	-	-	-	3.265
Instalações	5.295	-	-	(850)	4.445
Equipamentos de campo e auxiliar	23.043	4.758	(157)	(6.241)	21.403
Veículos	45.537	14.632	(1)	(13.509)	46.659
Aterros - Provisão p/ desmobilização	1.895	1.454	(352)	(212)	2.785
Outras imobilizações	11.543	814	(1)	(515)	11.841
<b>Total</b>	<b>90.578</b>	<b>21.658</b>	<b>(511)</b>	<b>(21.327)</b>	<b>90.398</b>

Controladora	Saldos em				Saldos em 31/12/2023
	31/12/2022	Aquisição	Baixa	(-) Depreciação	
Terrenos	3.265	-	-	-	3.265
Instalações	6.145	37	(37)	(850)	5.295
Equipamentos de campo e auxiliar	26.565	2.761	(92)	(6.191)	23.043
Veículos	50.778	8.809	(298)	(13.751)	45.538
Aterros - Provisão p/ desmobilização	3.686	971	(2.636)	(126)	1.895
Outras imobilizações	11.447	1.637	(1.098)	(444)	11.542
<b>Total</b>	<b>101.886</b>	<b>14.215</b>	<b>(4.161)</b>	<b>(21.362)</b>	<b>90.578</b>

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado	Saldos em		Baixa	Transferências	(-) Depreciação	Saldos em
	31/12/2023	Aquisição				
Terrenos	47.757	-	-	-	-	47.757
Instalações	75.517	-	-	74.154	(11.228)	138.443
Equipamentos de campo e auxiliar	36.714	8.473	(167)	-	(11.166)	33.854
Veículos	76.129	18.034	(91)	-	(28.625)	65.447
Aterros - Provisão p/ desmobilização	27.354	4.071	(352)	-	(2.771)	28.302
Outras imobilizações	91.116	34.285	(7.813)	(74.154)	(5.697)	37.737
<b>Total</b>	<b>354.587</b>	<b>64.863</b>	<b>(8.423)</b>	<b>-</b>	<b>(59.487)</b>	<b>351.540</b>

Consolidado	Saldos em		Baixa	(-) Depreciação	Saldos em
	31/12/2022	Aquisição			
Terrenos	47.757	-	-	-	47.757
Instalações	86.608	42	(37)	(11.096)	75.517
Equipamentos de campo e auxiliar	44.560	3.549	(344)	(11.051)	36.714
Veículos	100.327	8.845	(309)	(32.734)	76.129
Aterros - Provisão p/ desmobilização	19.909	12.512	(2.636)	(2.431)	27.354
Outras imobilizações	72.059	26.945	(1.963)	(5.925)	91.116
<b>Total</b>	<b>371.220</b>	<b>51.893</b>	<b>(5.288)</b>	<b>(63.237)</b>	<b>354.587</b>

**12. Fornecedores**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores circulante	29.651	25.968	97.024	68.670
Fornecedores não circulante	-	1.842	22.745	29.196
<b>Total fornecedores</b>	<b>29.651</b>	<b>27.810</b>	<b>119.769</b>	<b>97.866</b>

Refere-se basicamente por faturas em aberto de fornecedores de insumos e serviços utilizado nas operações da Companhia e de suas controladas.

**13. Empréstimos e financiamentos**

O saldo de empréstimos e financiamentos para 31 de dezembro de 2024 e 2023, podem ser assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos e financiamentos - circulante	90.758	44.337	115.679	106.389
Empréstimos e financiamentos - não circulante	198.029	97.019	213.503	118.547
<b>Total empréstimos e financiamentos</b>	<b>288.787</b>	<b>141.356</b>	<b>329.182</b>	<b>224.936</b>

A composição dos saldos de empréstimos e financiamentos para 31 de dezembro de 2024 e 2023, e suas respectivas taxas, segue apresentadas assim:

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**a) Circulante**

Agente Financeiro	Modalidade	Encargos	Controladora		Consolidado	
			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Banco Bradesco S.A.	Finame	TJLP	-	15	-	15
Banco Daimler Chrysler S.A.	CDC	16,43% a.a.	2.238	2.225	7.364	7.516
Caterpillar Financeira S.A.	CDC	16,66% a.a.	2.636	2.245	2.997	4.022
Banco Volkswagen S.A.	CDC	16,15% a.a.	11.225	7.323	16.488	25.456
Banco Daycoval S.A.	CDC	14,56% a.a.	41	361	6.493	3.206
Banco do Nordeste S.A.	CCB/FNE	IPCA+Spread	10.343	12.657	14.302	15.597
Banco Santander S.A.	Finame	TJLP	-	140	-	140
BNDES - Financiamentos	Financiamento	TJLP	-	-	-	1.662
MAC3 / HF LOG (i)	Arrendamento	-	-	-	-	12.046
Banco John Deere S.A.	CDC	15,67% a.a.	751	581	1.178	1.152
Banco Fibra S.A.	Capital de Giro	CDI	-	-	3.333	16.787
Banco Quatá	Nota Comercial	CDI	6.000	6.009	6.000	6.009
Banco Sofisa	Capital de Giro	CDI	3.240	2.975	3.240	2.975
Banco Daycoval S.A.	Nota Comercial	CDI	10.000	5.000	10.000	5.000
Banco Pine	Nota Comercial	CDI	4.800	4.806	4.800	4.806
Banco ABC Brasil	Nota Comercial	CDI	15.484	-	15.484	-
Banco BMG	Nota Comercial	CDI	24.000	-	24.000	-
<b>Total circulante</b>			<b>90.758</b>	<b>44.337</b>	<b>115.679</b>	<b>106.389</b>

(i) atualizado pelo mesmo índice de correção da tarifa da PMSP em outubro de cada ano, utilizando como garantia da operação os próprios bens. Em 2024 foi integralmente liquidado.

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**b) Não circulante**

Agente Financeiro	Modalidade	Encargos	Controladora		Consolidado	
			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Banco Daimler Chrysler S.A.	CDC	16,43% a.a.	5.477	7.715	6.000	13.365
Caterpillar Financial S.A.	CDC	16,66% a.a.	8.818	10.799	9.133	11.475
Banco Volkswagen S.A.	CDC	16,15% a.a.	29.964	24.881	30.021	30.201
Banco Daycoval S.A.	CDC	14,56% a.a.	-	41	-	272
Banco do Nordeste S.A.	CCB/FNE	IPCA+Spread	6.397	14.846	19.036	20.628
Banco John Deere S.A.	CDC	15,67% a.a.	3.067	2.407	3.176	2.943
Banco Fibra S.A.	Capital de Giro	CDI	-	-	-	3.333
Banco Quatá	Nota Comercial	CDI	4.500	9.000	4.500	9.000
Banco Sofisa	Capital de Giro	CDI	2.430	5.130	2.430	5.130
Banco Daycoval S.A.	Nota Comercial	CDI	5.000	15.000	6.831	15.000
Banco Pine	Nota Comercial	CDI	3.600	7.200	3.600	7.200
Banco ABC Brasil	Nota Comercial	CDI	19.355	-	19.355	-
Banco BMG	Nota Comercial	CDI	36.000	-	36.000	-
FINEP - Financiamentos	Financiamento	TR+Spread 3,5%	69.553	-	69.553	-
Banco Banestes	Capital de Giro	CDI	3.868	-	3.868	-
<b>Total não circulante</b>			<b>198.029</b>	<b>97.019</b>	<b>213.503</b>	<b>118.547</b>

**c) Financiamento por vencimento**

Os montantes acima têm o seguinte fluxo de pagamento estimado:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
<b>Curto prazo</b>			<b>Curto prazo</b>	
2025	90.758	115.679	2024	44.337
				106.389
<b>Longo prazo</b>			<b>Longo prazo</b>	
2026	81.283	88.409	2025	42.323
2027	39.675	43.674	2026	38.018
2028	16.132	17.987	2027	13.706
2029	13.273	14.160	2028	2.972
Após 2029	47.666	49.273	-	-
<b>Total</b>	<b>198.029</b>	<b>213.503</b>	<b>Total</b>	<b>97.019</b>
				<b>118.547</b>

#### **d) Movimentação dos passivos decorrentes de atividades de financiamento**

As tabelas abaixo detalham as alterações nos passivos da Companhia decorrentes de atividades de financiamento, incluindo mudanças monetárias e não monetárias. Passivos decorrentes de atividades de financiamento são aqueles para os quais fluxos de caixa ou fluxos de caixa futuros serão classificados na demonstração dos fluxos de caixa das atividades de financiamento:

	Controladora	Consolidado
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>67.822</b>	<b>191.803</b>
Captações	87.645	118.646
Juros	17.125	57.553
Pagamento de principal	(14.111)	(84.710)
Pagamento de juros	(17.125)	(58.356)
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>141.356</b>	<b>224.936</b>
Captações	194.064	213.155
Juros	30.570	58.091
Pagamento de principal	(45.390)	(105.035)
Pagamento de juros	(31.813)	(61.965)
<b>Saldo em 31/12/2024</b>	<b>288.787</b>	<b>329.182</b>

#### **Covenants**

A Companhia e sua controlada Titara são requeridas, devido ao financiamento com o BNDES a observar determinados índices associados ao balanço e à demonstração do resultado do exercício. Todas as cláusulas restritivas quantitativas referentes aos contratos foram integralmente cumpridas pela Companhia e pela controlada Titara em 31 de dezembro de 2023. Em 31 de dezembro de 2024 os contratos foram integralmente liquidados.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, e até a data de emissão destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, não ocorreram eventos de inadimplência, quebra de cláusulas de covenants ou alterações contratuais significativas que resultassem em mudanças dos termos de pagamentos dos contratos de empréstimos e financiamentos.

A maioria dos contratos financeiros preveem cláusulas restritivas (covenants), tais como: manutenção dos ativos da Companhia, com a finalidade de assegurar que todos permaneçam em condições de uso; limitação para realização de operações de aquisição, fusão, venda ou alienação de seus ativos; divulgação de demonstrações contábeis e balanços patrimoniais, entre outras.

#### **Garantias**

Os empréstimos e financiamentos da Companhia preveem a prestação de garantias diversas, tais como os próprios bens financiados e fianças bancárias. Que estão sujeitos ao cumprimento das contrapartidas conforme contratos.

## **14. Obrigações tributária**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Obrigações fiscais sobre o faturamento (i)	3.262	3.022	10.608	7.018
Obrigações fiscais sobre o lucro (ii)	-	-	21.473	4.291
Obrigações fiscais retidas na fonte	1.065	1.054	3.731	3.193
Outras obrigações fiscais	-	-	452	84
<b>Total</b>	<b>4.327</b>	<b>4.076</b>	<b>36.264</b>	<b>14.586</b>

(i) Referem-se ao ISS, PIS e COFINS sobre a receita bruta;

(ii) Referem-se ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro.

## 15. Obrigações trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Salários	8.452	8.728	26.150	24.657
Encargos sociais	5.837	6.453	33.618	13.504
Provisão de férias e encargos	18.853	19.966	57.470	60.270
<b>Total circulante</b>	<b>33.142</b>	<b>35.147</b>	<b>117.238</b>	<b>98.431</b>
Provisão para encargos sociais (i)	-	-	-	42.952
<b>Total não circulante</b>				<b>42.952</b>

(i) Com a assinatura do reequilíbrio contratual pela controlada Ecourbis, através do “Termo Aditivo-Modificativo (TAM) de junho de 2024” a provisão dos encargos sociais de seus colaboradores, constituída no passivo não circulante, para a eventual necessidade de indenizações ao término do contrato, foi desconstituída e o saldo de 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$ 42.952, foi transferido para a rubrica de outras receitas e despesas operacionais no DRE e voltará a ser realizada quando restarem 5 anos para o término do novo contrato.

## 16. Tributos diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins (i)	13.423	12.552	68.113	93.075
Programa de Integração Social - PIS (i)	2.914	2.724	13.070	22.777
Imposto sobre serviços - ISS (i)	-	-	20.280	49.159
Imposto de Renda e Contribuição Social (ii)	7.569	9.198	139.249	148.868
<b>Total</b>	<b>23.906</b>	<b>24.474</b>	<b>240.712</b>	<b>313.879</b>

(i) Passivos fiscais diferidos sobre diferenças temporais serão realizados, quando da ocorrência dos correspondentes fatos geradores. Com base nas projeções de resultado elaboradas pela administração da Companhia e de suas controladas, a expectativa de realização dos referidos créditos tributários ocorrerá a partir do exercício de 2025;

(ii) Passivos fiscais diferidos (IRPJ e CSLL) está relacionado aos lucros não realizados e são decorrentes de valores a receber oriundo dos contratos com órgãos públicos, com base na legislação fiscal vigente.

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos no resultado, encontra-se a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>9.198</b>	<b>9.160</b>	<b>148.868</b>	<b>72.777</b>
Efeito no resultado	(1.629)	38	(9.619)	76.091
<b>Saldo ao final do exercício</b>	<b>7.569</b>	<b>9.198</b>	<b>139.249</b>	<b>148.868</b>

## 17. Ônus da concessão

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Ônus da concessão (i)	1.302	5.621
Construção de novo aterro sanitário (ii)	5.133	-
<b>Total circulante</b>	<b>6.435</b>	<b>5.621</b>
Ônus da concessão (i)	11.136	44.392
<b>Total não circulante</b>	<b>11.136</b>	<b>44.392</b>
<b>Total</b>	<b>17.571</b>	<b>50.013</b>

A movimentação dos saldos de ônus da concessão para 2024 e 2023, estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
<b>Saldo inicial</b>	<b>50.013</b>	<b>8.696</b>
Adição	5.133	41.317
(-) Pagamento	(37.575)	-
<b>Saldo final</b>	<b>17.571</b>	<b>50.013</b>

(i) Em linha com o Termo de Compromisso Ambiental, firmado em 26 de outubro de 2007 pela controlada Ecourbis, prevê o pagamento mensal à Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de São Paulo (SP Regula), mediante retenção na fatura mensal, de ônus decorrente da concessão, que corresponde a 5% da receita bruta mensal auferida pela Companhia até a assinatura do “Termo Aditivo-Contratual (TAM)”. Esta obrigação contratual foi mantida para os pagamentos do reequilíbrio contratual tarifário, e a partir do novo período contratual serão estabelecidas metas de acordo com o plano de negócio e haverá o compartilhamento de receitas operacionais não tarifárias, quando exceder em 5% do valor. Sobre as demais receitas operacionais, também ocorre incidência de 5% de ônus, que são calculados durante o período e o seu pagamento ocorre no último dia de março do exercício seguinte.

(ii) Refere-se à obrigação contratual da controlada São Simão de implantar no prazo de até 3 anos, contados da data de emissão da ordem de serviço, um novo aterro sanitário e está mensurado a valor presente do investimento previsto pela Companhia.

A redução do saldo em 31 de dezembro de 2024, refere-se basicamente ao pagamento de R\$ 37.575 pela controlada Ecourbis.

## 18. Provisão para riscos judiciais e depósitos judiciais

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas atividades, estão sujeitas a processos judiciais de natureza trabalhista, cível e tributária. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para riscos judiciais.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 os assessores jurídicos da Companhia e de suas controladas atualizaram seu julgamento perante os processos que estão sob sua custódia, considerados como perdas prováveis, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhistas (i)	19.431	9.618	25.736	15.595
Cíveis (ii)	78	2.389	25.179	6.301
Outras (iii)	-	-	60.954	57.018
<b>Total</b>	<b>19.509</b>	<b>12.007</b>	<b>111.869</b>	<b>78.914</b>

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(i) a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos trabalhistas considerados como prováveis de perda, envolvendo ex-empregados da Companhia, ou de empresas prestadoras de serviços. Tais processos envolvem, principalmente, pedidos de horas extras, intervalo intrajornada e insalubridade, bem como seus reflexos e respectivos encargos. Em 2024 o acréscimo no passivo decorre, principalmente, da provisão realizada pela Companhia de processo previdenciário envolvendo questões relacionadas tributação de determinadas verbas trabalhistas, cujo prognóstico de perda passou de remoto para provável.

(ii) a Companhia e suas controladas estão envolvidas em ações indenizatórias, ajuizadas por terceiros e órgãos fiscalizadores, envolvendo pedidos de danos materiais e morais. Em 2024 o acréscimo no passivo decorre, principalmente, da provisão realizada pela controlada Ecurbis dos processos administrativos de Per/Dcomp não homologadas na tomada de créditos de verbas pacificadas e cassação da liminar judicial que permitia a postergação do pagamento de impostos federais durante a pandemia de Covid-19.

(iii) a controlada Ecurbis desde setembro de 2012 tem realizado depósitos referentes ao processo nº 0016428-51.2012.4.03.6100, na ação de consignação em pagamento, para que seja identificado o credor das contribuições e questionar o adicional SENAI que nos tem sido exigido. A Ecurbis na qualidade de empresa prestadora de serviço público está obrigada a recolher as contribuições sociais gerais ao Serviço Social do Comercio (SESC) e ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).

**Movimentação**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Saldo inicial</b>	<b>12.007</b>	<b>37.337</b>	<b>78.914</b>	<b>97.231</b>
Adição	7.502	-	38.507	-
(-) Pagamento	-	-	(5.552)	(136)
(-) Reversão (i)	-	(25.330)	-	(18.181)
<b>Saldo final</b>	<b>19.509</b>	<b>12.007</b>	<b>111.869</b>	<b>78.914</b>

(i) Reversão realizada devido a mudança de prognóstico indicada pelos assessores jurídicos da Companhia.

m 31 de dezembro de 2024 existem R\$ 36.587 (R\$ 26.530 em 31 de dezembro de 2023) em processos cujo prognóstico de perda foi classificado como possível pelos assessores jurídicos da Companhia e suas controladas. Para as contingências possíveis não há provisão constituída, em virtude da avaliação de prognóstico realizada, conforme composição e estimativas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhistas	-	-	2.465	2.563
Cíveis	14.256	13.050	34.122	23.967
<b>Total</b>	<b>14.256</b>	<b>13.050</b>	<b>36.587</b>	<b>26.530</b>

**Depósitos judiciais**

Os depósitos judiciais recursais, a disposição do juízo, realizados pela Companhia e suas controladas para permitir a interposição de recurso nos processos trabalhistas, cíveis e fiscais em que figura como parte interessada.

Os depósitos judiciais são compostos por:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhistas (i)	6.301	5.852	8.420	9.104
Cíveis (ii)	4.164	46.497	57.486	48.359
Outras (iii)	101	100	101	47.737
<b>Total</b>	<b>10.566</b>	<b>52.449</b>	<b>66.007</b>	<b>105.200</b>

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Saldo inicial</b>	<b>52.449</b>	<b>50.244</b>	<b>105.200</b>	<b>92.005</b>
Depósitos	4.502	3.740	16.435	23.645
(-) Baixas	(46.385)	(1.535)	(55.628)	(10.450)
<b>Saldo final</b>	<b>10.566</b>	<b>52.449</b>	<b>66.007</b>	<b>105.200</b>

Em 2024 a Companhia realizou a baixa dos depósitos no montante de R\$ 46.385, principalmente, em decorrência do levantamento dos depósitos de processos judiciais finalizados.

**19. Provisão para desmobilização de aterros**

A provisão para desmobilização do aterro está relacionada com as obrigações ambientais da Companhia e de suas controladas Macaúbas Meio Ambiente S.A. e Central de Gerenciamento Ambiental Titara S.A. com o fechamento do aterro e cuidados após o fechamento de acordo com a Lei NBR nº 13.896/1997. Portanto, a Companhia e suas controladas registram como a provisão o valor presente dos gastos futuros relacionados à área explorada. Mudanças de circunstâncias, lei ou tecnologia podem afetar as estimativas e periodicamente o montante provisionado é revisado e ajustado quando necessário. Esta provisão está classificada no passivo não circulante de acordo com a data prevista para ocorrência das atividades de desmobilização.

A Companhia e suas controladas constituíram, com base nas informações recebidas de seus engenheiros e na experiência anterior, provisão para desmobilização e fechamento de aterros (Asset Retirement Obligation – ARO) com base na NBR nº 13.896/1997. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo total da provisão constituída foi R\$ 4.866 (R\$ 3.764) na controladora e de R\$ 37.606 (R\$ 33.887 em 2023) no consolidado

**20. Patrimônio líquido****a) Capital social**

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$ 196.203 e está representado por 11.027.060 ações todas nominativas, sem valor nominal, sendo 6.729.518 ações ordinárias e 4.297.542 ações preferenciais.

O capital social da Companhia é composto da seguinte forma:

Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Totais	
	Quantidade	Participação	Quantidade	Participação	Ações	Participação
Gama FIP	3.381.583	50,25%	4.297.542	100,00%	7.679.125	69,64%
Somah Inv. e Part.	3.347.935	49,75%	-	-	3.347.935	30,36%
<b>Total</b>	<b>6.729.518</b>	<b>100,00%</b>	<b>4.297.542</b>	<b>100,00%</b>	<b>11.027.060</b>	<b>100,00%</b>

**b) Reserva de capital**

Em 22 de dezembro de 2015 a Companhia realizou Assembleia Geral Extraordinária (AGE) aprovando aumento do Capital Social no valor de R\$ 69.634, mediante a emissão de 934.749 (novecentas e trinta e quatro mil setecentas e quarenta e nove) novas ações ordinárias e 596.942 (quinhentas e noventa e seis mil novecentas e quarenta e duas) novas ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, sendo que do valor das novas emissões, o montante de R\$ 48.068 foi destinado à conta de capital social e o saldo no valor de R\$ 21.566 foi destinado a reserva de capital, a título de ágio na subscrição das novas ações.

Em 1o de agosto de 2024 a Companhia realizou Reunião de Diretoria (REDIR) aprovando a aquisição de mais 300.000 (trezentas mil) ações da controlada Ecoparque Pirapora Ambiental S.A. gerando um ágio de transações de capital, o montante de R\$ 24.000, destinado a conta de reserva de capital.

**c) Reserva legal**

O Estatuto prevê no caput do artigo 20 que do lucro líquido apurado no exercício serão destinados 5% (cinco por cento) à constituição da reserva legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não foi constituído reserva legal, uma vez que ela já se encontra no limite de 20% do capital social.

**d) Reserva de retenção lucros**

Em conformidade com artigo 196 da Lei nº 6.404/76, a Companhia constituiu Reserva de Retenção de Lucros com base no orçamento de capital após as destinações legais conforme proposta da Administração. O orçamento de capital é submetido para apreciação e aprovação pela Assembleia Geral dos Acionistas (AGO). A proposta de constituição de Reserva de Retenção de Lucros, no montante de R\$ 469.969 em 31 de dezembro de 2023, visa fazer frente ao plano de investimento para os próximos 5 anos, substancialmente relacionada ao plano de construção de novas Unidades de Tratamento de Resíduos. O montante dos lucros retidos conforme proposta de orçamento de capital, será destinado para investimentos em obrigações contratuais das concessões, aquisição de ativos (Centrais de Tratamento de Resíduos) e renovação da frota, que tem como objetivo o aumento da capacidade de coleta e disposição final de resíduos sólidos e o aproveitamento energético através da geração de energia elétrica a partir do biogás gerado em algumas de suas CTRs (Centrais de Tratamento de Resíduos). Em 2024 a Companhia pagou o montante de R\$ 218.702 em dividendos provenientes da conta de Reserva de Retenção de Lucros. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo da Reserva de Retenção de Lucros é de R\$ 443.184.

**e) Dividendos**

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 3% do resultado do exercício ajustado na forma da Lei.

Os dividendos declarados e pagos foram calculados conforme segue:

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Resultado do exercício	191.917	263.733
(-) Reserva legal (5%)	-	-
<b>Base de cálculo para cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios</b>	<b>191.917</b>	<b>263.733</b>
Dividendos mínimos obrigatórios	5.758	7.912
Dividendos adicionais propostos	-	42.088
<b>Total de dividendos propostos</b>	<b>5.758</b>	<b>50.000</b>

Os dividendos declarados por classe de ação foram:

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Dividendo por ação ordinária	3.514	30.514
Dividendo por ação preferencial	2.244	19.486
<b>Total</b>	<b>5.758</b>	<b>50.000</b>

**f) Resultado por ação**

O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro do exercício atribuído aos acionistas da companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o exercício.

No quadro abaixo, são apresentados os cálculos do lucro por ação:

	Resultado do exercício	Quantidade de ações	Resultado por ação - em R\$
31/12/2024	191.917	11.027.060	17,40
31/12/2023	263.733	11.027.060	23,92

### g) Reserva de retenção de lucros para investimentos

Em conformidade com artigo 20 do Estatuto Social e do artigo 192 da Lei nº 6.404/76, a Companhia pode destinar o saldo remanescente dos lucros após a destinação para reserva legal e pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios à constituição de Reserva de Investimentos. Nos termos do parágrafo 2º do Artigo 20 do Estatuto Social, a Reserva de Investimentos tem o objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Companhia, investimentos em atividades relacionadas com o objeto social da Companhia, a recompra de ações de própria emissão pela Companhia ou o pagamento de dividendos futuros (ou suas antecipações) aos acionistas. A parcela anual dos lucros líquidos destinada à Reserva de Investimento será determinada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, com base em proposta da administração, obedecendo às destinações determinadas no Artigo 20 do Estatuto, sendo certo que a proposta da Administração levará em conta as necessidades de capitalização da Companhia e as demais finalidades da Reserva de Investimentos. O limite máximo da Reserva de Investimentos será aquele estabelecido no artigo 199 da Lei das S.A. Quando a Reserva de Investimentos atingir seu limite máximo, ou sempre que a administração da Companhia entender que o saldo da Reserva de Investimentos excede o necessário para cumprir sua finalidade, a Assembleia Geral ou o Conselho de Administração, conforme o caso, poderá determinar sua aplicação total ou parcial no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos, na forma do artigo 199 da Lei das S.A.

## 21. Receita líquida

As receitas são em sua maioria são referentes a transações relacionadas à prestação de serviços de limpeza pública, coleta, tratamento, gerenciamento e destinação final de resíduos públicos e privados são reconhecidas com base em medições (pesagem, metragem ou duração) do trabalho executado, conforme nota explicativa 3.13.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita bruta de serviços	504.801	501.361	2.298.717	2.001.910
Receita bruta de construção (ICPC 01)	(504)	-	86.746	69.449
Receita de reivindicações e reequilíbrio contratual (i)	-	-	-	464.519
Receita de locação	60.194	50.520	42.383	40.868
<b>Total de receita bruta</b>	<b>564.491</b>	<b>551.881</b>	<b>2.427.846</b>	<b>2.576.746</b>
(-) Impostos sobre faturamento	(74.743)	(72.540)	(347.417)	(428.290)
<b>Total de impostos s/ faturamento</b>	<b>(74.743)</b>	<b>(72.540)</b>	<b>(347.417)</b>	<b>(428.290)</b>
<b>Receita líquida</b>	<b>489.748</b>	<b>479.341</b>	<b>2.080.429</b>	<b>2.148.456</b>

(i) O decréscimo do saldo em 31 de dezembro de 2024, refere-se ao complemento da receita de reequilíbrio contratual e reivindicações registrado na controlada Ecourbis conforme negociação efetuada com o poder concedente (vide Nota Explicativa nº 6).

As informações por segmento de negócios da companhia são elaboradas com base em informações financeiras disponíveis e que são atribuíveis diretamente ao segmento, sendo representadas por atividades de negócio utilizadas pela Diretoria Executiva para tomada de decisões de alocação de recursos e avaliação de desempenho. Os segmentos de negócios da Companhia são divulgados separadamente, conforme nota explicativa 28 - Informação por segmento.

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**22. Custo operacional**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Insumos	(70.570)	(69.521)	(235.552)	(165.994)
Pessoal	(259.521)	(250.898)	(769.968)	(701.168)
Custos de construção (ICPC 01)	-	(1.100)	(62.511)	(38.533)
Locação	(56.076)	(47.565)	(126.700)	(98.142)
Serviços de terceiros	(21.760)	(21.035)	(177.284)	(137.663)
Equipamentos	(10.197)	(10.933)	(18.962)	(43.200)
Ônus da concessão	-	-	(25.971)	(98.343)
Depreciação	(19.926)	(20.570)	(51.793)	(56.135)
Impostos e taxas	(5.167)	(5.457)	(14.512)	(14.614)
Outros	(5.068)	(7.581)	(28.884)	(42.114)
<b>Total</b>	<b>(448.285)</b>	<b>(434.660)</b>	<b>(1.512.137)</b>	<b>(1.395.906)</b>

**23. Despesas administrativas**

As despesas administrativas estão demonstradas nas seguintes contas do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal	(26.687)	(22.998)	(71.048)	(47.237)
Serviços de terceiros	(14.410)	(16.004)	(37.113)	(27.450)
Locação	(4.671)	(1.584)	(6.063)	(2.514)
Tributárias	(633)	(841)	(1.765)	(2.016)
Viagens	(1.293)	(1.020)	(2.440)	(1.699)
Indedutíveis	(369)	(418)	(3.496)	(2.612)
Gerais	(8.544)	(3.951)	(34.543)	(3.787)
<b>Total</b>	<b>(56.607)</b>	<b>(46.816)</b>	<b>(156.468)</b>	<b>(87.315)</b>

**24. Outros resultados operacionais**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ganho na alienação de ativo imobilizado	8.857	11.961	14.335	12.931
Ganho na alienação de ativo intangível (i)	750	8.237	23.508	8.237
Reequilíbrio contratual "TAM" (ii)	-	-	23.504	-
Eventuais	1.426	1.617	3.443	2.920
Outras Despesas				
Perda no recebimento de clientes	-	(5.005)	-	(132.938)
Perda no recebimento de clientes – Reequilíbrio contratual "TAM" (iii)			(22.522)	
Provisão (reversão) para demandas judiciais	(7.502)	25.330	(38.507)	18.748
Outras	(213)	(126)	(4.196)	(2.419)
<b>Total</b>	<b>3.318</b>	<b>42.014</b>	<b>(435)</b>	<b>(92.521)</b>

(i) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia e suas controladas realizaram vendas de Créditos de Carbono através da Redução Certificada de Emissões (RCEs);

(ii) Com a assinatura, em junho de 2024, do Termo Aditivo-Modificativo (TAM) e seus anexos, a SP Regula aprovou a conclusão do reequilíbrio econômico-financeiro. Conforme consta nos anexos do "TAM", a controlada Ecourbis concedeu descontos cujos efeitos estão registrados nesta rubrica;

(iii) Com a assinatura, em junho de 2024, do Termo Aditivo-Modificativo (TAM) e seus anexos, a SP Regula aprovou a conclusão do reequilíbrio econômico-financeiro. Conforme consta nos anexos do TAM, a controlada Ecourbis realizou as baixas de recebíveis para perda, pela renúncia de valores que estavam suspensos de recebimento.

## 25. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Receitas Financeiras</b>				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	12.366	7.404	34.126	48.855
Atualização monetária Reequilíbrio (i)	-	-	43.462	-
Variação monetária	13.108	2.268	15.018	2.934
Juros	418	38	3.269	3.195
<b>Total</b>	<b>25.892</b>	<b>9.710</b>	<b>95.875</b>	<b>54.984</b>
<b>Despesas Financeiras</b>				
Bancária	(789)	(763)	(1.129)	(1.169)
Juros	(309)	(55)	(424)	(226)
Encargos s/ financiamentos	(31.877)	(17.125)	(65.725)	(63.551)
Outras	(2.622)	(2.916)	(7.852)	(11.318)
<b>Total</b>	<b>(35.597)</b>	<b>(20.859)</b>	<b>(75.130)</b>	<b>(76.264)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(9.705)</b>	<b>(11.149)</b>	<b>20.745</b>	<b>(21.280)</b>

(i) Com a assinatura, em junho de 2024, do Termo Aditivo-Modificativo (TAM) e seus anexos, a SP Regula aprovou a conclusão do reequilíbrio econômico-financeiro. Conforme consta nos anexos do TAM, a controlada Ecourbis atualizou monetariamente, pelo índice IPCA, os valores a receber referente ao reequilíbrio contratual.

## 26. Imposto de renda e contribuição social

### a) Controladora

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>190.288</b>	<b>266.064</b>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(64.698)	(90.462)
<b>Ajustes para apuração da alíquota efetiva:</b>		
Adições	(6.644)	(4.925)
Exclusões	74.471	91.707
Efeito da compensação da base negativa	-	1.039
Outros	(3.129)	348
<b>Base negativa de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>-</b>	<b>(2.293)</b>
Despesa de imposto de renda e contribuição social - correntes	-	(2.293)
Despesa de imposto de renda e contribuição social - diferidos	1.629	(38)
<b>Total</b>	<b>1.629</b>	<b>(2.331)</b>
<b>Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,86%</b>

**b) Consolidado**

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>430.133</b>	<b>547.871</b>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(221.689)	(270.004)
<b>Ajustes para apuração da alíquota efetiva:</b>		
Adições	(32.082)	(48.625)
Exclusões	102.581	219.533
Efeito da tributação pelo lucro presumido	9.689	6.405
Efeito da compensação da base negativa	266	2.907
Outros	(2.868)	1.904
<b>Total de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(144.103)</b>	<b>(87.880)</b>
Despesa de imposto de renda e contribuição social - correntes	(144.103)	(87.880)
Despesa de imposto de renda e contribuição social - diferidos	9.619	(76.091)
<b>Total</b>	<b>(134.484)</b>	<b>(163.971)</b>
<b>Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>33,50%</b>	<b>16,04%</b>

**27. Gestão de riscos financeiros**

**a) Considerações gerais**

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e de suas controladas foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos, definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e atividades da Companhia e de suas controladas. A administração e gestão desses instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, devidamente monitorados pela administração da Companhia e de suas controladas.

As atividades da Companhia e de suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e exposição ao risco de taxa de juros. A gestão de risco da Companhia e de suas controladas concentram-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar os potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro.

A gestão de risco é pautada pela identificação, mensuração e mitigação dos riscos mapeados para todos os negócios da Companhia e de suas controladas.

**b) Gerenciamentos de riscos**

A Companhia e suas controladas estão expostas: **(a)** a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais; **(b)** aos riscos de mercado, decorrentes de variações das taxas de juros e preços; e **(c)** aos riscos de crédito, decorrentes da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito se dá através de mecanismos de manutenção de caixa mínimo e acompanhamento do mercado financeiro, buscando minimizar a exposição dos ativos e passivos, de modo a proteger a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

**i) Riscos de liquidez**

A “política de aplicações financeiras” estabelecida pela administração da Companhia e de suas controladas prevê a contratação, em sua maioria, de aplicações financeiras em renda fixa com instituições financeiras de 1ª linha.

## ii) Riscos de mercado e juros

A Companhia e suas controladas adotam políticas conservadoras de aplicação e captação de recursos financeiros e de minimização do custo de capital. As aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas são realizadas com instituições financeiras de 1ª linha, mantidas substancialmente em operações vinculadas aos juros do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As captações para empréstimos e financiamentos são realizadas dentro do padrão de taxa de juros estabelecido pelo mercado.

Com a finalidade de atender aos requisitos da NBC TG 40 (R2) Instrumentos financeiros: Evidenciação, a Companhia apresenta a seguir a análise de sensibilidade de taxa de juros para sua exposição líquida dos instrumentos financeiros contratados e atrelados à variação do CDI.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto no resultado da Companhia em função da variação de cada risco destacado, levando em consideração a exposição líquida.

No quadro a seguir foi considerado o cenário dos indexadores utilizados pela Companhia, com a exposição aplicável da flutuação do CDI, baseado em análise do índice, para as aplicações financeiras e empréstimos contratados, utilizando fundamentalmente os dados.

O cenário razoavelmente possível considera projeção de instituições financeiras de primeira linha, e que são utilizadas pela administração da Companhia na gestão financeira.

Instrumento Financeiro	Indexador	Taxa de juros a.a.	Posição em 31/12/2024	Cenário razoavelmente possível	Exposição
Aplicações financeiras liquidez imediata (Nota Explicativa nº 4)	CDI	10,81%	508.226	11,35%	2.747
Aplicações financeiras vinculadas (Nota Explicativa nº 5)	102% do CDI	11,03%	24.129	11,58%	133
Empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 13)	CDI	10,81%	(329.182)	11,35%	(1.779)
<b>Exposição líquida</b>			<b>203.173</b>		<b>1.101</b>

## iii) Risco de crédito

A Companhia e suas controladas possuem como clientes, majoritariamente, órgãos públicos municipais, o que reduz sensivelmente seu risco de crédito, mantendo, assim, garantias suficientes para mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

## 28. Informação por segmento

O Grupo considera quatro segmentos reportáveis, considerando os mais representativos, denominados “Coleta”, “Destinação Final”, “Gestão Integrada” e “Venda de Biogás e Crédito de Carbono”. A administração realiza a tomada de decisões relativas ao planejamento estratégico, financeiro, de compras, de investimento e de aplicação de recursos com bases em relatórios que indicam os segmentos de forma consolidada, onde as transações entre as partes relacionadas são eliminadas. Assim, para melhor representar a posição e resultado de cada segmento para tomada de decisões os montantes e transações são apresentados líquidos.

O seguinte resumo descreve, conforme CPC 22 – Informações por segmento (IFRS 8), as operações em cada um dos segmentos que o Grupo diversifica em suas análises e reportes aos seus administradores e acionistas:

**Segmento Coleta:** A Companhia recebe um valor por tonelada coletada. Esses contratos são regidos pela Lei nº 8.666/1993, ou pela Lei nº 14.133/2021. Aproximadamente 12% da receita da Companhia provém dessa modalidade.

**Segmento Destinação Final:** A Companhia recebe um valor por tonelada processada em suas Centrais de Tratamento de Resíduos. Essa modalidade é responsável por 7% da receita da Companhia, e 95% dessa receita advém de contratos de Concessão ou PPP.

**Segmento Gestão Integrada:** A Companhia recebe uma tarifa fixa mensal para executar todos os serviços de limpeza pública de determinado município por meio de um contrato de Concessão ou PPP. Atualmente, a Companhia e suas investidas executam 08 contratos nessa modalidade, que representam aproximadamente 81% de suas receitas.

**Venda de Biogás e Crédito de Carbono:** O biogás gerado nas centrais de tratamento de resíduos que é vendido para as empresas parceiras geradoras de energia gera a receita pela venda do produto, bem como a receita pela constituição do crédito de carbono, uma vez que ao ser utilizado como combustível para geração de energia, esse gás deixa de ser emitido na atmosfera. Embora represente apenas 0,5% da receita da Companhia, essas atividades têm relevância na composição do resultado e da geração e caixa da Companhia e de suas investidas.

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Coleta		Destinação final		Gestão Integrada		Biogás		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	228.311	255.786	157.180	142.124	1.675.872	1.739.438	19.066	11.107	2.080.429	2.148.456
(-) Custo dos serviços prestados	(208.982)	(239.898)	(154.508)	(118.326)	(1.147.302)	(1.037.682)	(1.345)	-	(1.512.137)	(1.395.906)
<b>Lucro bruto</b>	<b>19.329</b>	<b>15.888</b>	<b>2.672</b>	<b>23.798</b>	<b>528.570</b>	<b>701.756</b>	<b>17.721</b>	<b>11.107</b>	<b>568.292</b>	<b>752.550</b>
(-) Despesas operacionais									(158.904)	(183.399)
(-) Resultado financeiro									20.745	(21.280)
(-) Imposto de renda e da contribuição social									(134.484)	(163.971)
<b>(=) Lucro líquido do exercício</b>									<b>295.649</b>	<b>383.900</b>

**29. Seguros (Não auditado)**

Por exigência contratual, a Companhia e suas controladas mantêm cobertura de seguros para garantir a execução dos contratos.

A administração entende que o montante segurado é suficiente para garantir a integridade patrimonial e continuidade operacional, bem como o cumprimento das regras estabelecidas em seus contratos.

As apólices vencidas na data de emissão destas demonstrações foram renovadas.

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados, conforme descrito a seguir:

Unidade de Gestão	Riscos	Vigência	31/12/2024	
			Importância Segurada	Prêmio
Matriz	Seguro empresarial	31/01/2024 a 31/01/2025	10.500	129
Matriz - FINEP	Contrato de financiamento 02.24.006300	14/06/2024 a 14/06/2025	29212	584
Consórcio Recife	Seguro empresarial - EMLURB 01/2020 CEL	29/03/2022 a 28/04/2027	29.700	232
Consórcio Vitória Mais Linda	Seguro empresarial - 331/2024	28/05/2024 a 28/05/2025	8.246	16
Campos dos Goytacazes	Seguro empresarial - 001/2008	24/01/2024 a 24/01/2025	854	2
Ipatinga	Seguro empresarial - 001/01 SMA-SESUMA	03/11/2024 a 03/11/2025	1.720	3
Juiz de Fora	Seguro empresarial - DEMLURB 003/2007	01/03/2024 a 01/03/2025	13084	26
Foz do Iguaçu	Seguro empresarial - 118/2013	28/08/2024 a 28/08/2025	2.186	4
AMA	Seguro empresarial - 008/2018	01/07/2024 a 01/07/2025	7.617	18

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Unidade de Gestão	Riscos	Vigência	31/12/2024	
			Importância Segurada	Prêmio
AMA	Responsabilidade civil	26/08/2024 a 26/08/2025	1.000	25
EBMA	Seguro garantia - Contrato de concessão	06/09/2024 a 05/09/2025	545	2
Econit	Seguro empresarial - CLIN	04/07/2024 a 04/07/2025	8018	19
Ecourbis	Seguro garantia - Contrato de concessão	29/11/2024 a 29/11/2025	124.325	174
Ecourbis	Responsabilidade civil facult. de veículos - 1o risco	29/11/2024 a 29/11/2025	75.300	443
Ecourbis	Responsabilidade civil facult. de veículos - 2o risco	29/11/2024 a 29/11/2025	802.900	53
Ecourbis	Responsabilidade civil facult. de veículos - Caminhões comboio	29/11/2024 a 29/11/2025	632	4
Ecourbis	Responsabilidade civil facult. de veículos - Agilix casco	29/11/2024 a 29/11/2025	10.039	82
Ecourbis	Seguro empresarial - Central Mecanizada de Triagem (CMT)	29/11/2024 a 29/11/2025	46.620	99
Ecourbis	Seguro empresarial - Usina de Tratamento (UTRSS)	29/11/2024 a 29/11/2025	31.739	102
Ecourbis	Seguro empresarial	29/11/2024 a 29/11/2025	63.900	223
Ecourbis	Responsabilidade civil geral	29/11/2024 a 29/11/2025	15.502	187
Ecovital	Seguro empresarial	24/03/2024 a 24/03/2025	30.000	168
Juparanã	Seguro empresarial - 186/2020	14/11/2024 a 14/11/2025	247	1
Juparanã	Seguro empresarial - 148/2024	20/06/2024 a 20/06/2025	33	1
Macaúbas	Seguro empresarial - 266/08	27/04/2024 a 27/04/2025	2.500	3
Macaúbas	Seguro de Responsabilidade civil - 266/08	15/12/2024 a 15/12/2025	8.500	26
Macaúbas	Seguro executor - 266/08	30/11/2024 a 29/11/2025	23.577	47
Baru	Seguro responsabilidade por danos ambientais	31/07/2024 a 31/07/2025	10.000	153
SLEA	Responsabilidade Civil - Execução PPP	05/05/2024 a 05/05/2025	1.795	5
SLEA	Equipamentos Gerais	04/11/2024 a 04/11/2025	500	1
Titara	Responsabilidade Civil	17/04/2024 a 17/04/2025	1.000	7
Titara	Seguro empresarial	16/04/2024 a 16/04/2025	554	1

As premissas de riscos adotadas e os montantes informados, dada as suas naturezas, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

### 30. Compliance

Em cumprimento às normas e regulamentações vigentes, a Companhia e suas controladas adotaram medidas para garantir conformidade com as leis, regulamentos e políticas aplicáveis.

A Companhia e suas controladas estão comprometidas com a promoção da integridade em todas as suas operações e interações. Recentemente, coordenamos comitês de integridade para fortalecer nossos esforços nessa área e no segmento de atuação.

Como medidas para garantir a conformidade com as leis, regulamentos e políticas aplicáveis a Companhia e suas controladas atuaram fortemente no segmento, com práticas comuns envolvendo sua cadeia de parceiros de negócios fomentando práticas como:

- políticas e procedimentos internos;
- treinamento e conscientização;
- monitoramento e auditoria;
- gestão de riscos;
- conformidade com regulamentações específicas;
- relatórios e documentação;
- divulgação dos canais de denúncia e ética.

Todas estas medidas têm como propósito promover uma cultura ética dentro da organização e engajamento dos nossos parceiros de negócios.

### 31. Informações adicionais ao fluxo de caixa

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia realizou atividades que não envolveram caixa e equivalentes de caixa e que, portanto, não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Dividendos a pagar - passivo circulante	33.856	7.912	33.856	43.837
Dividendos distribuídos - patrimônio líquido	(33.856)	(7.912)	(33.856)	(43.837)

\* \* \*